

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Pedro Santana Lopes apresentou



Centrais

Manifesto eleitoral do PPD/PSD



Governo propõe medidas ambientais

(Pag.9)



Candidatos do PSD em acções de pré-campanha

(Pag.21)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião do dia 20, na Presidência do Conselho, aprovou 39 diplomas, dos quais alguns fazem a transposição para a ordem jurídica nacional, algumas directrizes da EU, entre os quais um Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 163/2004, de 3 de Julho, que aprova as regras relativas à **denominação, etiquetagem e marcação dos produtos têxteis**, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/34/CE, de 23 de Março de 2004.

O presente Decreto-Lei adita uma nova fibra têxtil – a Polilactida – à lista de fibras constante dos anexos I e II ao Decreto-Lei n.º 163/2004, de 3 de Julho, e precisa e clarifica certas disposições deste Decreto-Lei.

Considerando que o prazo de transposição desta Directiva expira em 1 de Março de 2005 e que o grau de discricionariedade conferido ao Estado português é reduzido, a aprovação do presente diploma é admissível no quadro dos poderes de um Governo de gestão.

Outro Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 123/2004, de 24 de Maio, suspendendo a vigência das **disposições relativas ao éter pentabromodifenílico**, no que respeita a sistemas de evacuação de emergência de aeronaves e transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/98/CE, da Comissão, de 30 de Setembro de 2004.

Tendo-se constatado que o éter pentabromodifenílico é utilizado em tecidos específicos para mangas de evacuação e jangadas salva-vidas de aeronaves e que, a complexidade dos requisitos dos testes de segurança não possibilita a sua substituição por alternativas adequadas, com brevidade, decidiu-se permitir temporariamente a sua utilização para tais efeitos.

Assim, o presente diploma suspende a vigência das disposições do Decreto-Lei n.º 123/2004, de 24 de Maio, relativas ao éter pentabromodifenílico, no que respeita a sistemas de evacuação de emergência de aeronaves, permitindo a sua utilização até 31 de Março de 2006.

O prazo estabelecido para a transposição da directiva em causa para a ordem jurídica interna dos Estados-Membros terminou em 1 de Janeiro de 2005, pelo que se torna urgente a aprovação do presente Decreto-Lei.

Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/37/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, aprovando o **Regulamento da Homologação de Tractores Agrícolas ou Florestais, seus Reboques e Máquinas Intermutáveis Rebocadas, e dos Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas**.

A matéria objecto do presente diploma encontra-se regulada no Capítulo I do Regulamento da Homologação dos Tractores Agrícolas e Florestais de Rodas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2000, de 14 de Novembro.

O Capítulo I do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2000 limita a aplicação do procedimento de homologação comunitária aos tractores agrícolas ou florestais de rodas, tornando-se indispensável tornar o seu âmbito de aplicação extensivo a outras categorias de veículos agrícolas ou florestais, sendo a presente alteração, o primeiro passo no sentido da regulamentação de outros veículos agrícolas motorizados.

Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, que estabelece **regras comuns para o mercado interno do gás natural** e que revoga a Directiva n.º 98/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998.

Este Decreto-Lei define a organização e funcionamento do sector do gás natural, incluindo as regras gerais relativas ao transporte, distribuição, armazenamento e comercialização e ao acesso ao mercado desta forma de energia.

São regulados, ainda, os critérios aplicáveis à concessão de autorizações para o exercício de cada uma destas actividades, à exploração das redes e demais instalações e o respectivo acesso por terceiros.

O presente diploma explicita, ainda, as atribuições dos diferentes operadores, a separação e transparência das contas respectivas e a competência



da entidade reguladora.

Finalmente, prevêem-se medidas de salvaguarda e de derrogação relacionadas com compromissos assumidos no âmbito de contratos de «take or pay» e com mercados emergentes e isolados.

Com a aprovação deste diploma, o Governo visa criar condições para a antecipação da liberalização deste sector, tendo presente a constituição de um sistema físico seguro, fiável e dimensionado em função da procura, e de um sistema de mercado competitivo e ambientalmente sustentável, visando a protecção das famílias e a competitividade internacional das empresas, no contexto da construção progressiva do mercado interno de gás natural. Tal justifica a estrita necessidade da sua adopção.

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A..

O presente diploma actualiza e adapta pontualmente os estatutos da RAVE (Rede Ferroviária de Alta velocidade), S.A., que foi criada pelo Decreto-Lei n.º 323-H/2000.

Com efeito, a vocação inicial da sociedade foi a de coordenar os trabalhos e estudos necessários à formação das decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal.

Em virtude da mudança de circunstâncias que vigoravam à altura da aprovação do referido diploma, com a XIX Cimeira Ibérica de Novembro de 2003 afigura-se necessário alterar os estatutos da referida sociedade, sendo, paralelamente, reforçada a posição da REFER na estrutura do capital social, permitindo assim uma melhor articulação ao nível das valências técnicas e de recursos humanos.

A alteração permitirá à RAVE continuar a exercer a sua actividade nos prazos estabelecidos, termos em que se conclui verificada a estrita necessidade do presente diploma.

Transporte público de passageiros por via rodoviária, ferroviária ou fluvial e obrigações do serviço público de transporte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico do serviço de transporte público de passageiros por via rodoviária, ferroviária ou fluvial e o regime jurídico das obrigações do serviço público de transporte nas Áreas

Conselho de Ministros

Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Com a presente iniciativa legislativa, o Governo pretende proceder à actualização das regras de serviço público aplicadas aos sistemas de mobilidade, acompanhada da criação de um quadro regulamentar adequado que exija contratos de duração limitada entre as autoridades e os operadores de transporte, baseado num suporte financeiro estável para a gestão do sistema de mobilidade, com repartição justa dos encargos pelos diferentes agentes que operam no mercado.

Trata-se, por outro lado, de impor «às empresas que explorem actividades de transporte que sejam qualificadas de serviço público (...) obrigações específicas, relativas à qualidade, quantidade e preço das respectivas prestações, alheias à prossecução dos seus interesses comerciais».

Tal medida revela-se necessária. Com efeito, nas últimas décadas o sistema de transportes nas grandes áreas urbanas tem vindo a sofrer alterações profundas, em Portugal e em todo o mundo, sendo cada vez mais intensa e permanente a concorrência entre o transporte motorizado colectivo e o individual, bem como a complementaridade existente entre estas formas de mobilidade na formulação de soluções intermodais. A tendência em Portugal tem, porém, sido a favor do crescimento da utilização do transporte individual, com todas as consequências que tal acarreta para o ambiente, para a sobrecarga das vias de comunicação e para a mobilidade dos cidadãos.

Assiste-se, também, a uma quase total ausência de concertação de políticas no sector dos transportes, com um sistema tarifário degradado e desadequado à realidade actual, não existindo uma definição objectiva de serviço público, nem mesmo de qual deva ser o sistema de mobilidade básico para cada uma das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. A ausência de um quadro contratual adequado impede ainda a partilha de risco entre autoridades públicas e operadores de transporte público, tal como o ineficaz planeamento e gestão de espaços urbanos inviabiliza a transferência modal pretendida e cria ineficiências no serviço de transporte com sobre custos demasiado elevados para o erário público.

Aliás, a situação de degradação económica e financeira e de indefinição em que se encontra o sector dos transportes, quer público, quer privado, pode vir a tornar-se um forte obstáculo ao desenvolvimento e equilíbrio da actividade económica se não forem encontradas as soluções adequadas ao relançamento e equilíbrio do sector.

A presente aprovação mostra-se estritamente necessária à gestão dos negócios públicos, para os efeitos da delimitação constitucional dos poderes de um Governo cessante, porquanto, «sem ela, mantém-se a aplicação do regime previsto no Regulamento do Transporte Automóvel e, em consequência, a realidade existente, permitindo-se assim a renovação dos actos administrativos unilaterais de concessão que caducam a partir do próximo mês de Abril, por um período de 10 anos, adiando-se, assim, a contratualização do serviço público de transportes e as vantagens que daí resultam», e correndo-se o risco da ilegalidade dos actos renovados.

Isenção do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) e biocombustíveis

Decreto-Lei que isenta do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) os biocombustíveis para efeitos de transporte.

Foi aprovado um diploma que, em articulação com os princípios comunitários, tem como objectivo essencial isentar do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) os biocombustíveis incorporados no gasóleo e na gasolina introduzidos no consumo. Permite-se, assim, potenciar a promoção da utilização de biocombustíveis nos transportes, bem como incluir na incidência objectiva do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) os produtos abrangidos pelo código NC 2207 20 00 (bioetanol), que não sejam de origem sintética, quando destinados a ser utilizados como combustível.

A promoção dos biocombustíveis no sector dos transportes permite contribuir para a redução da dependência do petróleo, para a diminuição do volume de importações de combustíveis, para o aproveitamento de recursos endógenos e ainda para a redução das emissões associadas aos transportes.

Tal medida revela-se estritamente necessária para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos no Protocolo de Quioto.

Concessão designada por Litoral Centro

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 215-B/2004, de 16 de Setembro, que aprovou as bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, com subsequente conservação e exploração ou transferência para o Estado, da concessão designada por Litoral Centro, corrigindo o valor

actualizado líquido acumulado máximo de receitas de portagem.

O Decreto-Lei n.º 215-B/2004, de 16 de Setembro, aprovou as bases da concessão Litoral Centro.

O contrato de concessão celebrado de acordo com as referidas bases foi assinado contando com um valor actualizado líquido acumulado máximo (VAL Máximo) de receitas de portagem inferior ao previsto nas referidas bases da concessão.

Torna-se assim urgente a aprovação do presente diploma pois afigura-se necessário corrigir o VAL Máximo de receitas de portagem, fazendo coincidir com o estabelecido no contrato.

Transmissão e recepção por telecópia e por via electrónica de documentos com valor de certidão

Decreto-Lei que regula a transmissão e recepção por telecópia e por via electrónica de documentos com valor de certidão respeitantes aos arquivos dos serviços dos registos e do notariado ou destinados à instrução dos respectivos actos ou processos ou a arquivo nos mesmos serviços, revogando o Decreto-Lei n.º 461/99, de 5 de Novembro.

O presente diploma vem alargar o âmbito do regime actual de transmissão, por telecópia, de documentos com valor de certidão respeitantes aos serviços dos registos e do notariado, prevendo:

a) A possibilidade de os interessados solicitarem em qualquer conservatória de registos ou cartório notarial a intermediação de tal serviço no pedido, a efectuar junto da conservatória ou cartório competente, de transmissão, por telecópia, para o primeiro ou para um outro serviço dos registos e do notariado escolhido pelos interessados, independentemente da espécie dos serviços envolvidos, de certidões de actos ou documentos registrais ou notariais, bem como de certificados de admissibilidade de firma ou denominação;

b) A possibilidade de os interessados solicitarem a intermediação de advogados ou solicitadores no pedido das mesmas certidões e certificados, a transmitir por telecópia àqueles profissionais do Direito, exceptuando-se de tal regime as certidões emitidas para fins de obtenção ou renovação de bilhete de identidade e para comprovação da nacionalidade, em atenção às especiais exigências de salvaguarda da autenticidade de tais meios probatórios.

Para além disso, prevê-se a possibilidade de transmissão dos mesmos documentos por via electrónica entre as conservatórias e cartórios notariais e entre estes serviços e os advogados e solicitadores.

Simultaneamente, o diploma estabelece um conjunto de formalismos e procedimentos de autenticação que visam salvaguardar devidamente a força probatória dos documentos com valor de certidão transmitidos e recebidos pelas vias indicadas.

As novas soluções enquadram-se nos propósitos do actual Governo de promoção da desburocratização, melhoria dos processos, colaboração entre serviços e, de uma forma geral, de aproximação da Administração ao cidadão, com ampla e racional utilização das tecnologias de informação, prosseguindo os objectivos que foram definidos pelo anterior Governo.

A necessidade e a inadiabilidade desta iniciativa, enquanto determinantes da respectiva aprovação em Governo de Gestão, decorrem, em particular, da respectiva influência na celeridade dos serviços do Registo e do Notariado, a qual, enquanto valor politicamente descomprometido e relacionado, essencialmente, com a promoção da função administrativa do Estado, é sempre de prossecução urgente na gestão estritamente corrente dos negócios públicos relacionadas com a segurança e o comércio jurídicos.

Colocação de protecção nas guardas de segurança

Decreto Regulamentar que estabelece as normas para a colocação de protecção nas guardas de segurança semi-flexíveis existentes nas vias públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva de segurança dos utentes de veículos de duas rodas a motor.

A Lei n.º 33/2004, de 28 de Julho torna obrigatória a colocação de protecções nas guardas de segurança existentes nos «pontos negros» e em outros pontos de maior risco das vias públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva da segurança dos utentes de veículos de duas rodas.

Nos termos do referido diploma, as protecções devem ainda ser colocadas, nas vias a construir, em toda a extensão das respectivas guardas de segurança.

Com efeito, as guardas de segurança semi-flexíveis, quando desprotegidas, podem constituir perigo para aqueles utentes, maxime para os motociclistas.

Assim, pelo presente diploma, o Governo procede à regulamentação

Conselho de Ministros

necessária para a plena aplicabilidade da Lei n.º 33/2004, estabelecendo, nomeadamente, as normas de colocação das protecções nas guardas de segurança e demais regras para a sua instalação.

Dado que a referida Lei estipulou um prazo para se efectuar a sua regulamentação e o mesmo já foi ultrapassado, considera-se verificada a estrita necessidade do presente diploma. É de toda a urgência a aprovação do Decreto Regulamentar em apreço.

Condicionalismos ao exercício da pesca lúdica em águas interiores

Decreto Regulamentar que define condicionalismos ao exercício da pesca lúdica em águas interiores não marítimas sob jurisdição da autoridade marítima, águas interiores marítimas e águas oceánicas da ZEE portuguesa, subárea do Continente, com excepção da pesca submarina.

O presente diploma pretende, no imediato, dar corpo ao início do processo de regulamentação desta actividade, prevista desde o ano 2000, mas nunca implementada.

Esta medida tem vindo a ser incessantemente solicitada pelo sector da pesca comercial como forma de acabar com a falsa pesca lúdica que, a coberto da ausência de legislação que regulamente a actividade, pratica uma inaceitável pesca comercial encapotada, não licenciada, que concorre de forma desleal com os verdadeiros profissionais, com prejuízos directos para o erário público e uma ausência de controlo hígio-sanitário susceptível de prejudicar o consumidor.

Torna-se necessário também prever genericamente a afectação do produto das taxas cobradas pelo licenciamento da actividade a um Fundo Pescas, a criar posteriormente, destinado a apoiar todo o sector das pescas em geral, incluindo a verdadeira pesca lúdica, bem como ao indispensável reforço da fiscalização, distribuído pelas várias entidades competentes em razão da matéria.

A necessidade da aprovação deste diploma reside no facto de, assim, se regulamentar um Decreto-Lei já anteriormente aprovado.

Núcleo Histórico de Tomar

Decreto que concede ao município de Tomar o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na zona da área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Núcleo Histórico de Tomar.

Mantendo-se a declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística e a respectiva delimitação, e tendo em consideração que subsistem as razões que presidiram à concessão do direito de preferência, a Câmara Municipal de Tomar solicitou ao Governo a concessão de novo direito de preferência, nos mesmos termos ao concedido em 1999 e por um igual período de cinco anos, de modo a viabilizar a necessária reabilitação e renovação daquela área.

A aprovação deste diploma enquadra-se no âmbito dos poderes de um Governo de gestão visto ser um acto de administração ordinária, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 794/76, alterado pelo Decreto-Lei n.º 313/80 e pelo Decreto-Lei n.º 400/84.

Plano de Urbanização da Zambujeira do Mar

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano de Urbanização da Zambujeira do Mar, no município de Odemira.

O Governo resolveu ratificar este Plano de Urbanização, de forma a preconizar, de acordo com o previsto no artigo 62.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Odemira, um ajuste da disciplina nele contida com a disciplina prevista no Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI).

Esta decisão enquadra-se no âmbito dos actos de administração ordinária do Governo.

Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica parcialmente a Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo, no município de Montemor-o-Novo.

A presente revisão procede a ajustamentos das áreas de Reserva Agrícola Nacional e de Reserva Ecológica Nacional delimitadas no Plano Director Municipal em vigor, altera ligeiramente os limites do perímetro urbano e

da Área Peri-urbana delimitada no Plano Geral de Urbanização de Montemor-o-Novo, procede a alguns ajustamentos nos espaços de ocupação industrial e de equipamentos, tendo em vista a regularização de situações já existentes, e, por último, contém uma nova disciplina para as várias unidades operativas de planeamento e gestão ao nível de áreas de ocupação, indicadores, equipamentos e serviços, pelo que está sujeita a ratificação pelo Governo.

Trata-se de um acto de gestão ordinária do Governo.

Plano de Ordenamento da Albufeira do Pego do Altar

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Pego do Altar.

A existência de uma albufeira de águas públicas, que apresenta condições excepcionais para a prática de um conjunto de actividades recreativas no plano de água, e a existência de uma rede de infra-estruturas que facilitam o acesso ao referido plano de água, fazem desta albufeira um pólo de atracção para fins turísticos e de lazer.

Atendendo a que é através do plano de ordenamento de uma albufeira que se procede à salvaguarda dos interesses ambientais naturais de importância nacional que justificam que estas áreas se encontrem sujeitas a um estatuto especial de protecção de acordo com a lei, considera-se preenchido o especial motivo de urgência ou necessidade da aprovação do presente diploma.

Ampliação da zona industrial do Mindelo

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área de ampliação da zona industrial do Mindelo, no município de Vila do Conde.

O Governo resolveu ratificar as medidas preventivas para a zona industrial do Mindelo, de forma a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes na respectiva área, que possam comprometer a liberdade de planeamento ou execução da revisão do Plano Director Municipal de Vila do Conde, na qual se prevê que venha a ser ampliada a referida zona industrial, contribuindo assim para o desenvolvimento económico do município e da região.

Esta decisão enquadra-se no âmbito dos actos de administração ordinária de um Governo de gestão.

Ampliação da zona industrial do Mindelo

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica parcialmente o Plano de Pormenor da Barragem da Aguieira, no município de Penacova.

A aprovação do Plano de Pormenor da Barragem da Aguieira, no município de Penacova, tem como objectivo incrementar o turismo na zona envolvente à Barragem da Aguieira.

Esta decisão enquadra-se no âmbito dos actos de administração ordinária deste Governo.

Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Almada

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Almada.

A alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional relativa ao município de Almada, visa redelimitar as linhas de água, à luz de critérios actuais, enquadrar situações decorrentes do desenvolvimento dos planos de pormenor do Programa Polis da Costa da Caparica, rectificar pequenas bolsas de REN e ajustar algumas áreas de REN face a estudos hidráulicos/hidrológicos.

Este acto enquadra-se nos poderes de mera administração ordinária do Governo.

«Programa Voluntariado Jovem para as Florestas»

Resolução do Conselho de Ministros que cria o «Programa Voluntariado Jovem para as Florestas».

As consequências ecológicas, sociais e humanas, bem como económicas, dos incêndios têm assumido a dimensão de catástrofe nacional e não poderão deixar ninguém indiferente, muito menos aqueles a quem está confiada a missão de conduzir os superiores destinos e interesses do país.

Apesar da mobilização humana, meios colocados à disposição de projectos de planificação e ordenamento florestal, reflorestação, prevenção e combate

Conselho de Ministros

aos incêndios, os resultados visíveis tardam em surgir.

O problema da preservação dos recursos florestais é também um problema cultural, e só poderá ser dirimido ou sensivelmente atenuado com a participação dos jovens, através da consciencialização, do sentido de comunhão e partilha do bem comum, que constituem as florestas e todos os seus recursos, dos quais eles serão os fiéis depositários.

Sob o lema «Juntos pela Floresta Todos contra o Fogo» decorreu o projecto-piloto de voluntariado para as florestas, na área do voluntariado jovem, nos distritos de Coimbra e Castelo Branco.

A vontade de agir de forma desinteressada, mas simultaneamente comprometida em benefício de preservação do bem comum que é a floresta, determina que um projecto de dimensão nacional seja, em cada ano, para a juventude, na vertente do voluntariado, uma acção a desenvolver.

É, pois, nesta perspectiva que o Governo decidiu aprovar o Programa hoje apreciado em Conselho de Ministros, enquadrando-se o mesmo no conjunto de medidas já anunciadas na área da prevenção e combate aos fogos florestais.

Plano de Pormenor da Artilharia Um, no município de Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano de Pormenor da Artilharia Um, no município de Lisboa.

O objectivo principal deste Plano de Pormenor é a inserção/integração de uma solução de reconversão do terreno afecto ao antigo anexo do Hospital Militar de Lisboa, de modo a resultar um novo pólo requalificado e dinamizador do território, na Cidade de Lisboa.

O Plano de Pormenor da Artilharia Um altera os parâmetros estabelecidos no Plano Director Municipal de Lisboa, para a área onde se insere, nomeadamente no que respeita à área mínima de construção para comércio e à cêrcea máxima de referência.

Esta decisão enquadra-se no âmbito dos actos de administração ordinária de um Governo de gestão.

Concessão Litoral Centro

Resolução do Conselho de Ministros que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-A/2004, de 16 de Setembro, que aprova a minuta do contrato de concessão da concepção, projecto, construção financiamento, com subsequente conservação e exploração ou transferência para o Estado da concessão designada por Litoral Centro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-A/2004, de 16 de Setembro, aprovou a minuta do contrato de concessão designada por Litoral Centro.

O contrato de concessão celebrado de acordo com a referida minuta foi assinado contando com um valor actualizado líquido acumulado máximo (VAL Máximo) de receitas de portagem inferior ao previsto na minuta em causa.

Torna-se assim urgente a aprovação do presente diploma pois afigura-se necessário corrigir o VAL Máximo de receitas de portagem, fazendo coincidir com o estabelecido no contrato.

Permuta de imóveis com o Município do Porto

Resolução do Conselho de Ministros que autoriza o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) a proceder à permuta com o Município do Porto dos imóveis designados por «Antiga Fábrica de Moagem Harmonia»,

«Palácio do Freixo» e «Jardim e Logradouro do Palácio do Freixo» e do lote de terreno para construção n.º 6, sido na Rua do Progresso, Aleixo, freguesia de Lordelo do Ouro, no Porto.

A aprovação da presente Resolução visa permitir a construção de um Centro de Emprego/ Formação na área em causa.

A urgência e a necessidade da aprovação do presente diploma, prendem-se, designadamente, com a necessidade de colmatar uma lacuna, na medida em que a referida zona geográfica do Porto se encontra numa situação de défice de oferta, no que respeita ao emprego e à formação profissional, o que em nada contribui para o decréscimo dos níveis de desemprego e falta de formação que se mantêm elevados no nosso país.

Por outro lado, entende-se que se encontram asseguradas as formalidades legais atinentes à concretização da permuta de imóveis prometida entre o IEFP e o município do Porto, por contrato celebrado em 1999, pelo que se considera urgente a concretização formal da referida permuta, tendo em vista a satisfação do interesse público subjacente ao negócio jurídico prometido.



Regime legal da incineração e co-incineração de resíduos

Decreto-Lei que estabelece o regime legal da incineração e co-incineração de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2000/76/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro de 2000.

Constituem objectivos deste diploma a prevenção e, tanto quanto possível, a redução ao mínimo dos efeitos

negativos no ambiente e para a saúde humana decorrentes das operações de incineração e de co-incineração de resíduos.

Para o efeito, são definidas rigorosas condições de licenciamento e de exploração das instalações abrangidas, limitando-se, em especial, a poluição resultante das emissões para a atmosfera, para o solo e para as águas superficiais e subterrâneas através da imposição de novos «valores-limite» para as emissões decorrentes dessas instalações.

Estabelece-se ainda um dispositivo de controlo e fiscalização do cumprimento das condições fixadas, suportado por um regime sancionatório.

A aprovação deste Decreto-Lei visa dar a resposta urgente e necessária à Comissão Europeia no âmbito do processo de contencioso comunitário que aquela Instituição levantou contra o Estado Português, transpondo a Directiva 2000/76/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro de 2000, cujo prazo terminou em 28 de Dezembro de 2002.

Períodos de prestação do serviço militar de antigos combatentes para efeitos de aposentação e reforma

Decreto-Lei que clarifica algumas disposições do Decreto-Lei n.º 160/2004, de 2 de Julho, que regulamenta o regime jurídico dos períodos de prestação do serviço militar de antigos combatentes para efeitos de aposentação e reforma.

O presente diploma visa esclarecer o sentido de alguns preceitos da regulamentação do regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar dos antigos combatentes.

Com o presente diploma visa-se clarificar a intenção expressa no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 160/2004, de 2 de Julho, no sentido de garantir a todos os antigos combatentes, a que se refere a Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, o complemento especial de pensão relativo à bonificação do tempo de serviço militar prestado em condições especiais de dificuldade ou perigo.

Na medida em que não introduz qualquer inovação na matéria que se

Conselho de Ministros

destina a regular, procedendo simplesmente à clarificação de algumas disposições constantes de um diploma anterior – ele próprio de natureza regulamentadora -o Decreto-Lei hoje aprovado subsume-se à categoria dos actos de mera regulamentação.

Regime de segurança social dos funcionários públicos

Decreto-Lei que estabelece, com carácter geral, a obrigatoriedade de as entidades, serviços e organismos cujo pessoal se encontra abrangido pelo regime de segurança social dos funcionários públicos contribuírem para o financiamento do regime de segurança social do funcionalismo público em matéria de pensões.

Este diploma estabelece uma taxa contributiva patronal, a cargo de todas as entidades, serviços e organismos, independentemente da sua natureza, estatuto jurídico e grau de autonomia administrativa e financeira, relativa a todos os trabalhadores abrangidos pelo regime de segurança social dos funcionários públicos.

A medida proposta está prevista na última actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, submetida à Comissão Europeia em Dezembro de 2004», pelo que, em termos de estrita necessidade e urgência, importa que o Estado a aprove, honrando assim os seus compromissos.

Aceleração e simplificação do procedimento de constituição das sociedades comerciais e civis sob a forma comercial

Decreto-Lei que introduz medidas de aceleração e simplificação do procedimento de constituição das sociedades comerciais e civis sob a forma comercial.

O diploma visa a agilização do procedimento de constituição de sociedades comerciais, visando aproveitar as potencialidades resultantes dos projectos em curso de implementação de sistemas de informação.

Com este novo regime jurídico, torna-se possível a constituição de sociedades num prazo não superior a 3 dias. Criam-se assim condições para a redução dos obstáculos administrativos ao fomento do espírito empresarial, essencial para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

A importância e a urgência da aprovação das presentes medidas afiguram-se incontroversas. Com efeito, a sua postergação afecta de forma relevante e premente a “gestão dos negócios públicos”, ao nível da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos por parte da Administração Pública, no âmbito da iniciativa económica. Termos em que se conclui verificada a estrita necessidade do presente diploma.

Subsídio aos funcionários da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Decreto-Lei que altera Decreto Regulamentar n.º 38/82, de 7 de Julho, que atribui um subsídio aos funcionários da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, destinado a compensar as condições de risco específicas das actividades relacionadas com estabelecimentos prisionais.

O Decreto-Lei hoje aprovado visa a eliminação de dúvidas interpretativas e de aplicação do Decreto Regulamentar n.º 38/82, de 7 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/91, 16 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 237/97, de 8 de Setembro, clarificando a redacção do texto legislativo de acordo a mens legislatoris originária, afastando entendimentos geradores de distorções financeiras e categoriais no quadro legal instituído.

Assim, atribuindo a lei um suplemento de risco a diversos funcionários que exercem funções no âmbito do sistema prisional, importa reconhecer que a escala remuneratória na qual aquele se baseia não pode ser outra que não a do regime geral da função pública, sem quaisquer especificidades advinentes da concreta escala remuneratória de qualquer dos intervenientes externos no sistema prisional.

Esta intervenção pontual acolhe justificação expressa em exigentes imperativos de interesse público e transparência jurídico-política, o que e fundamenta a estrita necessidade da sua aprovação.

Resolução dos conflitos de atribuições emergentes da aplicação da Lei que tem por objectivo estabelecer um quadro jurídico de combate à discriminação por motivos baseados na origem racial ou étnica

Decreto-Lei que regula o modo de resolução dos conflitos de atribuições emergentes da aplicação da Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio, que tem por

objectivo estabelecer um quadro jurídico de combate à discriminação por motivos baseados na origem racial ou étnica.

O presente diploma regulamenta a Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio, que tem por objectivo estabelecer um quadro jurídico de combate à discriminação por motivos baseados na origem racial ou étnica. O Decreto-Lei agora aprovado fixa o modo de resolução dos conflitos de atribuições relativos às inspecções-gerais a que seja cometida a instrução do procedimento contra-ordenacional por facto discriminatório, tendo em vista sanar dúvidas em torno da designação da entidade administrativa competente para a instrução dos procedimentos contra-ordenacionais nos diversos sectores de actividade em que os referidos factos discriminatórios podem verificar-se.

A presente iniciativa pode ser aprovada em Governo de gestão, porquanto:

- é necessária, por ter sido revogada a disposição que regulava a matéria de que se ocupa, sem ter sido criada outra norma que possa ser adequadamente mobilizada para o efeito;

- é urgente, por não dever aguardar o início de funções de novo executivo — o qual, na melhor das hipóteses, demorará ainda 2 meses —, atento o perigo de prescrição de procedimentos, tendo a experiência mostrado já que os serviços competentes, bem como os Gabinetes governamentais das respectivas tutelas, se envolvem em morosas discussões técnico-jurídicas, ficando os processos parados;

- não introduz uma verdadeira inovação essencial na ordem jurídica, antes lhe conferindo maior eficácia, no respeito dos valores que a predicam, em harmonia sistemática com o disposto nos artigos 42º e 43º CPA e 34º RGCO;

- não traduz uma inovação política fundamental, pois é uma norma instrumental, adjectiva, tão-somente viabilizadora de um procedimento que tem previsão em lei anterior da Assembleia da República.

Utilização da infra-estrutura eléctrica do sector ferroviário

Decreto-Lei que aprova o regime legal aplicável à utilização da infra-estrutura eléctrica do sector ferroviário pelas empresas de transporte ferroviário, e ao fornecimento de energia eléctrica para tracção às empresas de transporte ferroviário.

Na sequência da reforma institucional do sector do transporte ferroviário, veio o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro, regular o acesso das empresas de transporte ferroviário à infra-estrutura de circulação ferroviária.

No âmbito desse acesso, era necessário definir o regime jurídico aplicável às infra-estruturas e instalações de transformação e distribuição de energia eléctrica para tracção ferroviária e regulamentar as condições da sua utilização pelos operadores de transporte ferroviário, ao abrigo do já referido Decreto-Lei.

Era ainda necessário regular o fornecimento de energia eléctrica para tracção ferroviária aos operadores de transporte ferroviário, incluindo os casos em que o fornecimento é efectuado pela entidade gestora da rede ferroviária nacional directamente ou por empresa comercializadora e o fornecimento, por esta última entidade, de energia eléctrica para consumo dentro dos limites do domínio público ferroviário.

Assim, o presente diploma articula a legislação existente em ambos os sectores, ferroviário e eléctrico, dando adequado enquadramento às questões relacionadas com a infra-estrutura eléctrica do sector ferroviário, nomeadamente quanto ao acesso à mesma, às questões associadas ao fornecimento de energia eléctrica para tracção, com natural ênfase na liberdade de contratação das empresas de transporte ferroviário.

A presente iniciativa legislativa visa enquadrar o sector em apreço «no regime geral do sector eléctrico», mediante a respectiva compatibilização com o regime resultante da Directiva 2003/54/CE, que estabelece regras comuns para o mercado interno de electricidade.

É, por conseguinte,, um objectivo de reintegração, embora indirecta, da legalidade comunitária que, à luz do n.º 5 do artigo 186.º da Constituição, confirma a necessidade e urgência desta iniciativa, assim como valida a respectiva aprovação por um Governo de Gestão.

Fundação Casa da Música

Decreto-Lei que cria a Fundação Casa da Música e aprova os respectivos estatutos.

O presente diploma cria a Fundação Casa da Música e aprova os respectivos estatutos. A Fundação é instituída pelo Estado, pelo Município do Porto e por fundadores privados.

O Governo optou pelo modelo fundacional por ser aquele que mais se adequa ao projecto cultural e educativo da Casa da Música, na medida em que potencia a participação activa da sociedade civil e permite uma gestão

Conselho de Ministros

assente nos princípios da autonomia, flexibilidade, estabilidade e profissionalismo, sem encargos decorrentes do passivo da Sociedade Anónima que agora se extingue, entretanto assumidos pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública.

A Fundação tem como fins a promoção, fomento, difusão e prossecução de actividades culturais e formativas no domínio da actividade musical.

Em virtude da deliberação da Assembleia Geral da “Casa da Música, Porto 2001, S.A.”, de 21 de Dezembro de 2004, que determinou a dissolução desta sociedade, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi nomeada a Comissão Liquidatária que assegurará a sua gestão, enquanto não for constituída a nova entidade que se encarregará da administração da Casa da Música. Termos em que se conclui verificada a estrita necessidade do presente diploma.

Alienação de acções representativas da Imoareia

Decreto-Lei que autoriza a alienação pela Imoareia – Sociedade Imobiliária, S.A. à Amorim Turismo SGPS, S.A. ou a sociedade por esta dominada, das acções representativas do capital social da sociedade concessionária do exclusivo de exploração de jogos de fortuna ou azar na Península de Tróia.



O presente diploma autoriza a alienação pela Imoareia – Sociedade Imobiliária, SA, à Amorim Turismo, SGPS, SA, ou a sociedade por esta dominada, das acções representativas do capital social da Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogos e Lazer, SA, sociedade concessionária do exclusivo de exploração de jogos de fortuna ou azar na península de Tróia.

Para tanto, procede-se à alteração de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 229/2000, de 23 de Setembro, por via do qual foi atribuída à Imoareia, SA a concessão da exploração da zona do jogo de Tróia, nomeadamente, as que se referem aos deveres que impendem sobre a concessionária da zona de jogo, mantendo-se algumas delas na esfera da Imoareia, SA.

Simultaneamente, atenta a estreita conexão existente, no âmbito do projecto de investimento, entre a exploração de jogos de fortuna e azar e o direito de uso privativo dos cais da Ponta do Adoxe e de Setúbal, confere-se mandato aos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Turismo para promover a autorização do trespassse da concessão daquele direito de uso privativo da Imoareia, SA para a nova concessionária, permanecendo, porém, a carga da trespassante a obrigação de construção do novo cais para ferries, na península de Tróia, de cujo cumprimento fica exonerada a nova concessionária.

Por outro lado, confere-se mandato ao Ministro do Turismo para aprovar a revisão do contrato de investimento celebrado entre o Estado, e outras entidades públicas, e a Imoareia – Sociedade Imobiliária, SA, e outras, relativo ao projecto turístico da península de Tróia, de forma a harmonizá-lo com o conteúdo do presente diploma.

Esta decisão enquadra-se no âmbito dos actos de administração ordinária

de um Governo de gestão. Acresce que, só por via desta alteração, é possível concretizar o acordo de transmissão da exploração da zona de jogo, o qual é indispensável para minorar os danos causados pelo atraso no início da execução do projecto e, desse modo, recriar as condições financeiras constantes da versão originária do Contrato de Investimento, dando assim cumprimento a compromissos anteriormente assumidos pelo Estado português.

Reserva Natural do Paul do Boquilobo

Decreto Regulamentar que altera os limites da Reserva Natural do Paul do Boquilobo, definidos no Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de Novembro.

A experiência resultante da gestão da área da Reserva Natural permitiu verificar a importância do alargamento dos limites geográficos da Reserva Natural, porquanto foram detectados um conjunto de valores naturais e patrimoniais no concelho de Torres Novas que importa sujeitar a um estatuto de protecção, necessário à adequada prossecução dos objectivos que presidiram à criação e à reclassificação desta Reserva Natural, o que se faz através do presente diploma.

Uma vez que o presente Decreto-Regulamentar é prévio à aprovação do plano de ordenamento área protegida e estando em causa a salvaguarda dos interesses ambientais de importância nacional, que justificam que estas áreas se encontrem sujeitas a um estatuto especial de protecção de acordo com a lei, considera-se verificada a estrita necessidade do presente diploma.

Recuperação e reconversão urbanística de algumas áreas do município de Lisboa

Decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a área do município de Lisboa que se encontra integrada nas unidades operativas de planeamento e gestão UOP 19 – Alcântara - Rio, UOP 20 – Zona Ribeirinha Alcântara/Belém e UOP21 – Zona Monumental de Ajuda - Belém do Plano Director Municipal de Lisboa, no município de Lisboa.

A área do município de Lisboa que se encontra integrada nas unidades operativas de planeamento supra mencionadas apresenta graves insuficiências ao nível da qualidade de habitação, das condições de solidez e segurança das construções, da sua salubridade e conforto, bem como graves

deficiências em termos das infra-estruturas urbanísticas, de equipamento social, das acessibilidades e estacionamento, de áreas livres, de zonas verdes e de lazer, a que acrescem problemas sociais, também graves, associados ao envelhecimento e aos fracos recursos sócio-económicos da população residente.

Assim, urge tomar medidas expeditas de excepção, de modo a promover a reabilitação da mencionada área e valorização das zonas históricas e conjuntos urbanos singulares existentes na zona, inverter o progressivo processo de degradação urbana, patrimonial, ambiental e social desta área e requalificar e salvaguardar a mesma, pelo que a Câmara Municipal de Lisboa solicitou ao Governo que a mesma fosse declarada como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, após deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa de 22 de Junho de 2004, o que o presente diploma satisfaz.

Tendo em consideração as razões que presidiram ao pedido da Câmara Municipal de Lisboa, considera-se justificada a urgência na aprovação do diploma pelo Governo.

Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNISM).

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata

Conselho de Ministros

estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na execução do plano, com vista a assegurar a existência, na respectiva área de intervenção, de valores botânicos e faunísticos de incontestável interesse e a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da sua área de intervenção.

A urgência na aprovação do presente diploma justifica-se pelo facto de estar em causa um plano de ordenamento de uma área protegida

Emissão da dívida pública

Resolução do Conselho de Ministros que autoriza, em execução da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro – Orçamento de Estado para 2005 – a emissão da dívida pública.

A presente Resolução visa executar a autorização concedida ao Governo pela Assembleia da República nos artigos 62.º a 69.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, para aumento do endividamento líquido global directo do Estado, através da contracção de empréstimos amortizáveis e realização de outras operações de crédito, destinadas ao financiamento do défice orçamental e à assunção de passivos e regularização de responsabilidades.

O acto em apreço, para efeitos da respectiva subsunção à previsão do n.º 5 do artigo 186.º da Constituição, consubstancia um verdadeiro acto de administração ordinária, vinculado quanto ao seu «quantum», ao seu «quando» e às suas motivações, configurando um verdadeiro e autêntico acto de gestão corrente dos negócios públicos. Justifica-se, assim, a sua aprovação pelo actual Governo.

Contrato de investimento entre o Estado Português, e a Pleiade

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Pleiade - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., e a Inapal Plásticos, S.A., para a realização de um projecto de investimento em Palmela.

A Inapal Plásticos é uma empresa nacional detentora de know-how nas tecnologias de transformação de materiais compósitos SMC (Sheet Moulding Compound) e LFT (Long Fiber Thermoplastics) para a indústria automóvel.

A Inapal Plásticos decidiu criar em Palmela uma nova unidade industrial, tendo em vista consolidar a posição da empresa como pioneira e líder no mercado nacional e uma das mais importantes unidades transformadoras destes materiais num mercado global, sendo considerada também fornecedora de módulos e sistemas.

O projecto, que se consubstancia num investimento de cerca de 36 milhões de euros, prevê a criação de 105 postos de trabalho, o que, claramente, justifica a estrita necessidade da aprovação deste contrato.

Será ministrada formação profissional a praticamente todos os operadores dos postos de trabalho a criar, de forma a responder às elevadas exigências tecnológicas do processo produtivo.

No âmbito deste projecto serão realizados investimentos em infra-estruturas e tecnologias avançadas nomeadamente:

- Instalações fabris, localizadas no Parque Industrial de Palmela (junto à Autoeuropa). A proximidade física desta nova unidade industrial da Inapal Plásticos face à AutoEuropa constituirá uma vantagem competitiva importante perante potenciais concorrentes para fornecimentos futuros (por razões de natureza logística e de política de entrega “just in time”);

- Infra-estruturas fabris, nomeadamente investimentos em Rede Eléctrica, Rede de Vapor, Redes de Água, Rede de Ar Comprimido, Rede de Gás Natural e Equipamento AVAC (destinados ao armazém de matérias-primas e linha de colagem);

- Unidade produtiva, com recurso a novas tecnologias adaptadas à transformação dos materiais compósitos a utilizar, que se revestem de carácter inovador, não só no panorama da indústria nacional, como também a nível europeu, designadamente, linhas de transformação de SMC (Sheet Moulding Compound) para a fabricação da Tampa da Mala (Trunk Lid) e de LFT (Long Fiber Thermoplastics) para a produção das protecções inferiores do veículo (Underbody shields).

Contrato entre o Estado Português, a Webasto, AG, e a Webasto Portugal

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Webasto, AG, e a Webasto Portugal – Sistemas para Automóveis, Lda.

para a realização de um projecto de investimento em Palmela.

A Webasto, empresa de origem alemã, tem neste momento em curso um investimento industrial em Portugal relativo à instalação de uma unidade fabril em Palmela, para fornecimento à AutoEuropa de um sistema de tecto de abrir, desenvolvido para o VW Cabrio, através da empresa Oasys, uma joint-venture entre a Webasto e a italiana Pinifarina.

A Webasto é um dos principais fornecedores da indústria automóvel, com uma facturação anual de 1.360 milhões de euros, 5.780 trabalhadores e fábricas em 19 países.

O investimento objecto do presente contrato corresponde a cerca de 8,4 milhões de euros, prevendo-se a criação de 150 postos de trabalho directos, o que justifica claramente a urgente necessidade desta medida.

Contrato entre o Estado Português, a Fassa Internacional S.A., e a Fassalusa

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Fassa Internacional S.A., e a Fassalusa – Produção e Comercialização de Materiais de Construção Civil, Lda., para a realização de um projecto de investimento na Batalha.

A Fassalusa, pertencente ao Grupo de origem italiana Fassa Bortolo, tem neste momento em curso um investimento industrial em Portugal que ascende a cerca de 24 milhões de euros.

Tendo iniciado a sua actividade no século XVIII, o Grupo Fassa Bortolo tem vindo, desde a década de 80, a alargar a sua gama de produtos, desenvolvendo actualmente perto de cem, dos quais se destacam as argamassas secas, cal e derivados, pinturas e revestimentos, betonilhas e colas.

O Grupo Fassa Bortolo, com uma facturação consolidada de 205 milhões de euros, detém 9 fábricas em Itália, compreendendo a internacionalização do Grupo delegações comerciais na Suíça e na Croácia.

O investimento objecto do presente contrato é o primeiro de carácter industrial efectuado pelo Grupo fora de Itália, prevendo-se a criação de 59 postos de trabalho directos e 25 indirectos. Tal justifica a estrita necessidade da aprovação desta medida.

Contrato de investimento entre o Estado Português, a Grohe Water Technology AG & Co. KG e a Grohe Portugal – Componentes Sanitários, Lda.

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Grohe Water Technology AG & Co. KG e a Grohe Portugal – Componentes Sanitários, Lda. para a realização de um projecto de investimento em Albergaria-a-Velha.

A Grohe Portugal, Componentes Sanitários, Lda., situada em Albergaria-a-Velha, possui uma unidade fabril que desenvolve como actividade principal a fabricação de torneiras e componentes. Esta unidade iniciou a sua actividade em 1998, tendo atingido, em 2002, um volume de facturação na ordem dos 47 milhões de euros e empregando cerca de 300 colaboradores.

Inserida num Grupo alemão com presença efectiva em todo o mundo, a Grohe Portugal, Componentes Sanitários, Lda. dispõe de um vasto know-how sustentado num permanente trabalho de investigação, tendo a empresa, ao longo da sua existência, privilegiado uma dinâmica de investimento que se tem traduzido em sucessivas melhorias e avanços tecnológicos dos processos e dos produtos.

A Grohe Portugal, Componentes Sanitários, Lda. decidiu realizar um projecto de investimento que consiste na expansão e modernização tecnológica da sua unidade fabril, através do alargamento da sua capacidade de produção, em Albergaria-a-Velha, tendo em vista o reforço da sua competitividade a nível europeu e mundial, a introdução de novos produtos de maior valor acrescentado, bem como um maior nível de qualificação dos seus recursos humanos.

Este projecto, cujo montante de investimento supera os 17 milhões de euros, prevê a criação de 230 postos de trabalho e assegura ainda a manutenção dos 292 já existentes, prevendo-se o alcance, a partir do ano de 2007, de um valor anual de vendas de cerca de 82,45 milhões de euros. Tal justifica a estrita necessidade da aprovação desta medida.

– Fonte: Portal do Governo

Actividades do Primeiro-Ministro

A resolução da questão da «Casa da Música» no Porto



No passado dia 22, o Primeiro-Ministro lembrou que é do seu governo o mérito de ter resolvido casos “difíceis” como o da Casa da Música (CM), no Porto, que tinha o seu modelo de gestão por definir.

“A solução encontrada para a CM - constituição de uma fundação com entidades públicas e privadas - mostra que este governo estabilizou o processo de decisões difíceis na sociedade portuguesa”, disse Santana Lopes.

Santana Lopes falava precisamente durante uma visita às obras da CM, primeiro ponto de uma jornada cultural que terminou com uma visita à exposição de Paula Rego, a mais vista de sempre na Fundação de Serralves.

Santana Lopes sublinhou também que “ninguém levantou problemas ao facto de a solução encontrada para a CM ter sido tomada por um governo de gestão”.

“Como era um problema pendente há muito tempo, e de vários quadrantes políticos, passou, como diz o povo, que nem cão por vinha vindimada. É uma matéria consensual”, afirmou.

Dando corpo a um projecto lançado ainda na fase de preparação da Capital Europeia da Cultura “Porto 2001”, a CM é o primeiro edifício de Portugal exclusivamente dedicado à apresentação de vários tipos de música.

O imóvel construído sob projecto do holandês Rem Koolhaas destina-se ainda à formação artística e ao ensaio e aperfeiçoamento de orquestras e de outros agrupamentos residentes e itinerantes.

“É uma grande obra, um projecto fantástico”, disse Santana Lopes, após visitar o imóvel em acabamento.

A CM abre portas a 14 de Abril, mas a inauguração oficial decorrerá no dia seguinte com um concerto de gala, no qual a Orquestra Nacional do Porto interpretará, em estreia mundial, a peça “Fanfarra”, do maestro António Vitorino d’Almeida.

O festival de abertura do espaço, que se prolongará até 24 de Abril, incluirá ainda espectáculos com Lou Reed, Xutos & Pontapés e o pianista Alfred Brendel.

A CM está a ser ultimada pela sociedade Casa da Música SA, mas a sua gestão caberá a uma fundação aprovada quinta-feira em Conselho de Ministros, com um capital inicial de dois milhões de euros, participado pelo Estado (45 por cento), Câmara do Porto (10), Junta Metropolitana do Porto (cinco) e 16 empresas privadas (restantes 40 por cento).

Entre as sócias privadas da fundação contam-se a Unicer, Têxtil Manuel Gonçalves, Grupo Amorim, Vicaima, Arsopi, BPI, Grupo Amorim, BCP, Metro do Porto, Solverde e RAR.

Está definido que cada um dos 19 sócios tenha um voto, o que se traduz em maior peso dos privados na estrutura.

Sem “herdar” responsabilidades no passivo de 100 milhões de euros da sociedade Casa da Música, que é assumido pelo Estado, a fundação vai viver do seu capital inicial e de uma dotação anual do Estado de 10 milhões de euros.

De acordo com fonte ligada ao processo, essa dotação anual vai manter-se até 2030 sem ajustamentos à inflação, o que fará crescer gradualmente a responsabilidade dos privados no financiamento.

A fundação tem como presidente da Administração o gestor José António Barros e presidente executivo Nuno Azevedo, que transita da Fundação de Serralves.

No Conselho de Fundadores estarão Artur Santos Silva (presidente), Valente de Oliveira (representante do Estado), Rui Rio (Câmara do Porto) e Valentim Loureiro (Junta Metropolitana).

Visita à exposição de Paula Rêgo em Serralves

Na sua deslocação ao Porto, o Primeiro-Ministro visitou também a exposição de pintura de Paula Rego patente até domingo no Museu da Fundação de Serralves.

“É uma honra para Portugal ver um museu assim cheio”, declarou Santana Lopes após se cruzar com centenas de pessoas na visita à mostra de Paula Rego.

A exposição deverá fixar em 150 mil visitantes o novo recorde de afluência do Museu de Serralves, segundo fonte da instituição.

De acordo com a fonte, a exposição foi já visitada por mais de 140 mil pessoas, pelo que se espera que domingo atinja as 150 mil, atendendo, designadamente, ao horário alargado de abertura ao público (das 10:00 às 24:00) em vigor nestes últimos dias.

O anterior recorde datava de 2001, quando a maior exposição de Serralves para a Capital Europeia da Cultura, “In The Rough”, foi visitada por 103 mil pessoas.



Actividade do Governo

Nas Caldas da Rainha:

Primeiro-Ministro, na inauguração da barragem de Alvorninha, defende agrupamento de agricultores para aumentar produtividade

Pedro Santana Lopes exortou, no dia 22, os agricultores a agruparem-se, de modo a aumentar a dimensão média da propriedade agrícola portuguesa, considerando que esta é uma forma de aumentar a competitividade no sector.

“Temos uma dimensão muito pequena da propriedade agrícola, cerca de metade da dimensão média espanhola e um quarto da francesa, e para sermos competitivos na nossa agricultura precisamos de facto de ter maior dimensão média da propriedade”, afirmou Pedro Santana Lopes em Alvorninha, concelho das Caldas da Rainha, após a inauguração de uma barragem.

“O próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007/2013) contempla linhas de apoio muito especiais para o desenvolvimento rural integrado, não só financiamento de preços e de stocks de produtos, mas o desenvolvimento de infra-estruturas como esta (barragem) e por isso é importante que o movimento associativo dos agricultores consiga cooperar com o Estado para resolvermos o grande problema da agricultura que é a dimensão da propriedade”, referiu o Primeiro-Ministro.

Um dos exemplos da pequena dimensão da propriedade, menos de um hectare por agricultor, é a região que vai ficar servida pela barragem de Alvorninha. A barragem vai permitir regar 127 hectares de terrenos agrícolas beneficiando 198 agricultores que se dedicam à horticultura e fruticultura.

Para o presidente da junta de freguesia local, Virgílio Leal, “a grande vantagem deste equipamento, que começou a ser construído em 2001, é que irá garantir rega aos agricultores durante todo o ano”, permitindo a obtenção de produtos agrícolas em maior quantidade e com melhor qualidade.

Por outro lado, salientou o autarca à Lusa, “existe a hipótese de se efectuar um aproveitamento lúdico do espelho de água para pesca ou desportos náuticos”. A obra da barragem e a do sistema de rega para aproveitamento hidro-agrícola custaram mais de cinco milhões de euros.

Para o Primeiro-Ministro, equipamentos como este representam contributos importantes para o desenvolvimento agrícola de uma região.

Santana Lopes referiu-se ainda à morosidade da obra, cujo primeiro estudo prévio data de 1992.

“É tempo excessivo aquele que demora os estudos necessários para realizar obras como esta. Às vezes, nos estudos de impacto ambiental chegam à conclusão de que não há impacto ambiental negativo e mesmo assim os processos arrastam-se tempos excessivos, é um dos problemas que temos para resolver”, assinalou.

Por seu turno, o presidente da junta explicou ainda que, desde que foram fechadas as comportas, a 17 de Dezembro de 2004, “não choveu, pelo que a água acumulada na barragem é só a das nascentes”.

O autarca disse que “difícilmente haverá condições para os agricultores começarem a ter abastecimento de água no próximo Verão, porque é ainda necessário proceder-se ao enchimento e primeiro esvaziamento e só depois de ensaios é que ficará operacional”.

Em Vila de Rei, requalificação urbana e combate aos fogos

Em Vila de Rei, o centro geográfico e geodésico de Portugal, Pedro Santana Lopes, defendeu, no dia 23, que os governos de gestão devem “fazer o mínimo de nomeações”, lembrando que o PSD nomeou “menos” do que o PS.

“Julgo que é muito desagradável a história da comparação e todos deverão fazer o mínimo de nomeações em governos de gestão”, disse Santana Lopes numa alusão a críticas sobre as nomeações recentes para cargos públicos feitas pelo governo demissionário.

Convencido de que fez menos nomeações do que o governo socialista quando esteve em gestão, o líder do PSD garantiu, no entanto, que não vai “acusar o PS e fazer disso um troféu”.

Santana Lopes assinou em Vila do Rei contratos de requalificação urbana para o concelho, que foi um dos mais afectados pelos incêndios do ano passado.

O governante falou do surto de gripe que tem afectado o país e, ironizando, afirmou esperar que “ninguém se sinta indisposto e seja contagiado por nenhum vírus de indisposição” devido à assinatura dos contratos para Vila do Rei.

Sobre o programa de investimentos do governo para a prevenção e combate aos incêndios florestais, o primeiro-ministro lembrou a missão de coordenação da Unidade Orgânica que vai ser centralizada no Ministério da Administração Interna e envolve representantes de vários ministérios.

O primeiro-ministro lembrou o investimento de 130 milhões de euros previsto este ano para os incêndios florestais, contra cerca de 30 milhões de euros no ano passado.

Aquela verba destina-se à aquisição de aeronaves com a capacidade de estarem mais tempo em voo com os tanques cheios de água.

“Vamos também adquirir alguns helicópteros, que ficarão a ser meios próprios do Estado português, além daqueles que vamos alugar todos os anos”, disse.

Santana Lopes salientou ainda a importância do “planeamento atempado” da prevenção e do combate aos fogos florestais e anunciou um reforço de meios permitido pelo voluntariado de 3.000 jovens que vão juntar-se à participação das Forças Armadas.

“Isto foi possível com o tal Orçamento de 2005 que muitos diziam mal, mas que agora já quase todos gostam”, comentou.

Os contratos hoje assinados em Vila do Rei vão disponibilizar 1,9 milhões de euros para a primeira fase da requalificação urbana de Vila do Rei, abrangendo a zona antiga do concelho, a substituição da rede de abastecimento de água, de esgotos e infra-estruturas eléctricas e de telecomunicações.



O Primeiro-Ministro em Vila Nova de Poiares

Na cidade de Vila Nova de Poiares, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, justificou hoje um conjunto de inaugurações e a celebração de vários protocolos em Vila Nova de Poiares, afirmando que o país “não pode parar”.

“Não estávamos à espera que houvesse eleições agora. As obras estavam concluídas, os despachos e as decisões estavam tomadas e agora, sem nenhum intuito desse tipo [eleitoralista], estamos a inaugurá-las [e a celebrar os contratos]. O país tem um ano e meio de eleições pela frente, não pode parar, temos de ir para diante”, sustentou o chefe do governo.

Em cerca de hora e meia, o primeiro-ministro inaugurou hoje, no concelho, uma unidade de cuidados continuados de saúde, um “Monumento ao Cristo”, um complexo cultural e recreativo e outro desportivo e de lazer, uma pré-escola, um terminal de camionagem, um bairro de habitação social nos Pinheirais com 26 fogos, um posto de turismo, a sede da junta de freguesia da Arrifana e ainda o pavilhão polidesportivo municipal Eduardo Campos.

Acompanhado, durante a visita, pelos ministros José Luís Arnaut e Rui Gomes da Silva, por vários directores regionais e pelo governador civil de Coimbra, Santana Lopes celebrou, no salão dos Bombeiros Voluntários de Poiares, sete protocolos nos domínios da saúde, desporto, recuperação de áreas degradadas, cultura e comércio, entre outros.

“Já não tenho memória de todas as obras que inaugurámos hoje, todas as benfeitorias”, confessou ao intervir nesta cerimónia, considerando que num concelho “com um ritmo de actividade tão importante como Poiares” não se poderiam “atirar para as calendas gregas” as iniciativas hoje concretizadas.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro afirmou ainda que a fixação das populações nas suas terras de origem constitui “um dos grandes desafios” que se coloca ao país.

“Portugal tem de ter uma ocupação equilibrada do território. Não pode continuar a debandada das pessoas para as grandes áreas metropolitanas”, frisou.

Ao longo das inaugurações, Santana Lopes era agudado e saudado por centenas de populares, num município em que o social-democrata Jaime Soares lidera a autarquia desde o 25 de Abril de 1974.

Também este - agora com o mandato suspenso por integrar a lista de candidatos a deputados do PSD pelo círculo de Coimbra - frisou, na cerimónia, que os contratos-programa celebrados “não são realizados em cima do joelho”.

“Vinham de muito antes do anúncio da antecipação das eleições”, salientou Jaime Soares.

O programa da visita, que começou com mais de uma hora de atraso em relação ao previsto, foi intercalado com actuações da Filarmónica Fraternidade Poiarense, fundada em 1874, e de ranchos folclóricos.

Vários membros da lista do PSD por Coimbra, entre os quais a líder, Zita Seabra, a secretária de Estado da Saúde, Regina Bastos, e o encarregado da missão dos hospitais SA, Luís Pedroso de Lima, integraram-se também na visita.

Cidade Administrativa: Projecto altera geografia da capital

O Primeiro-Ministro apresentou, em 20 de Janeiro, o projecto Cidade Administrativa, que transfere vários Ministérios para Chelas e a Presidência do Conselho de Ministros para a Ajuda.

Santana Lopes disse que «é uma questão de brio» fazer o trabalho até ao fim, apresentando um projecto que está agora concluído, após vários anos de trabalho, independentemente do Governo que vier a aprová-lo.

Do Terreiro do Paço para a zona Oriental de Lisboa irão os Ministérios da Administração Interna, Justiça e Agricultura, bem como os da Educação, Saúde, Cidades e Obras Públicas, que estão dispersos pela cidade.

No Terreiro do Paço, que será aproveitado como espaço de lazer, ficarão as Finanças e o Supremo Tribunal, «mantendo a simbologia do poder».

A Presidência do Conselho terá um edifício novo na Ajuda, junto ao Palácio.

O projecto inclui a desafecção da zona de Pedrouços, onde se criará «um cluster de vocação náutica e marítima».

O seu financiamento - 450 milhões de euros - virá da alienação de edifícios do Estado.



Presidência do Conselho:

Sociedade do Conhecimento recebe mais 216 milhões de euros

Os projectos para a promoção da sociedade da informação e do Conhecimento, a aprovar até 2006, vão receber mais 216,4 milhões de euros provenientes da reserva de reprogramação.

No total, o POSI, agora rebaptizado programa operacional da sociedade do conhecimento (POS_Conhecimento), irá receber 867 milhões de euros, contra os 651 milhões de euros inicialmente previstos no terceiro quadro comunitário de apoio (III QCA) para 2000-2006.

O acréscimo de investimento resulta da reavaliação intercalar dos fundos comunitários no final de 2003 (mid-term review), que resultou no aumento do número de projectos elegíveis aos fundos.

A promoção do acesso à Internet em banda larga, o desenvolvimento do Governo electrónico e a formação e inovação em tecnologias de informação são algumas das áreas que vão receber maior atenção no novo programa.

Os projectos de banda larga vão receber 95 milhões de euros, o investimento mais significativo dos novos eixos estratégicos. Com esta reprogramação vai ser possível o financiamento de projectos de Redes Comunitárias, entre outras iniciativas antes não cobertas pelo anterior programa operacional.

Para as tecnologias de informação e comunicação são destinados 64,3 milhões de euros, a investir em formação e inovação, nomeadamente através do desenvolvimento de centros de competência. O empreendedorismo tecnológico (criação de empresas, apoios diversos) é um dos eixos fulcrais deste novo POS_Conhecimento.

Para o ministro de Estado e da Presidência, Nuno Morais Sarmento, este novo programa é o culminar do “importante trabalho desenvolvido” nesta área “no período 2002-2004” e dá mais significado “à segunda fase deste caminho a quatro anos”.

O Governo entendeu “alocar 20 por cento da reserva de reprogramação do Quadro Comunitário para este programa, o equivalente a cerca de 110 milhões de euros, correspondendo, por acompanhamento paralelo do esforço em termos de contrapartidas nacionais, a um reforço de cerca de 216 milhões de euros”, acrescentou o ministro.

Ministério dos Negócios Estrangeiros



O ministro português dos Negócios Estrangeiros, António Monteiro, chega hoje a Luanda para uma visita oficial de três dias, durante a qual vai assinar o Programa Anual de Cooperação entre Portugal e Angola.

O chefe da diplomacia portuguesa, que se desloca a Angola a convite do seu homólogo, João Miranda, é recebido pelo governante angolano no Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, estando previsto um encontro entre os dois ministros logo de manhã.

No final do encontro, realiza-se a cerimónia de assinatura do Programa Anual de Cooperação relativo a 2004, num montante de 14 milhões de euros, segundo uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Durante a tarde do primeiro dia desta visita oficial, António Monteiro desloca-se à Assembleia Nacional, onde terá encontros com o presidente do parlamento angolano, Roberto de Almeida, e com os chefes das bancadas parlamentares.

Na quinta-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros português desloca-se à capital da província angolana do Moxico, Luena, onde nasceu, para visitar o Colégio de S. Bento.

O último dia da visita começa com a inauguração da Escola Primária 10 de Junho, em Viana, arredores de Luanda, que foi construída com o apoio da cooperação portuguesa.

Antes de embarcar de regresso a Lisboa, António Monteiro tem ainda marcado um encontro com a comunidade portuguesa residente em Luanda, no Centro Cultural Português.

Durante a estada em Angola, o ministro português será recebido pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo Primeiro-Ministro, Fernando Dias dos Santos “Nandó”, embora o programa da visita hoje divulgado em Luanda pelo Ministério das Relações Exteriores de Angola não refira o dia e a hora das audiências.

O ministro António Monteiro viaja acompanhado pelo presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), José Iglésias Soares, e pela vogal deste instituto Maria Luís Figueiredo, entre outros diplomatas.

Almoço de trabalho com Embaixadores dos países latino-americanos

No dia 19, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, António Monteiro, convidou os Embaixadores latino-americanos residentes em Lisboa para um almoço de trabalho.

A ideia de organizar este encontro surgiu no decurso da última Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo, que teve lugar de nos passados dias 18, 19 e 20 de Novembro. A Declaração de São José da Costa Rica, aprovada por unanimidade, incluiu a proposta portuguesa de acolher a próxima reunião de MNE's ibero-americanos, a decorrer em Maio/Junho do corrente ano, que tem três objectivos principais:

1. Aprovar os nomes dos titulares dos principais cargos da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e Secretário para a Cooperação), garantindo que um dos responsáveis “fale português”;

2. Dar continuação ao processo de reflexão em curso no sentido de dar às Cimeiras Ibero-Americanas uma orientação ainda mais centrada e voltada para resultados práticos;

3. Avançar nos trabalhos preparatórios da próxima Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo, prevista para Salamanca nos dias 13, 14 e 15 de Outubro de 2005.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros reiterou a intenção de organizar, por essa ocasião, uma iniciativa no âmbito do Ano Ibero-americano da Leitura, dando concretização ao também já anunciado em São José da Costa Rica.

Lembrando os laços de afinidade histórica, cultural e afectiva de longa data com a América Latina, razão pela qual esta região figura na primeira linha das prioridades da política externa portuguesa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sublinhou o empenho das autoridades portuguesas com vista a ultrapassar as dificuldades que se têm levantado à celebração de um Acordo de Associação União Europeia-Mercosul. Neste contexto, foi referida a importância da reunião que teve lugar em Lisboa no ano passado entre as duas partes e da visita oficial a Portugal da Ministra dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, país que assume no primeiro semestre de 2005 a Presidência da Secretaria Pro Tempore do Mercosul

MCIES: Representantes dos países-membros das Nações Unidas reúnem-se no Japão para debater desastres naturais



Decorreu em Kobe, Hyogo – Japão, com início no passado dia 18, uma Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres Naturais. Esta iniciativa, levada a cabo pela Assembleia-geral das Nações Unidas, pretende reunir contributos com vista à elaboração de uma Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, a aprovar no último dia da Conferência, que permita criar comunidades com capacidade de resposta a catástrofes naturais.

Esta iniciativa vem dar seguimento à Estratégia de Yokohama estabelecida em Maio de 1994 na primeira Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, onde se definiram diversas medidas concretas, para os dez anos seguintes, no âmbito da prevenção e mitigação do risco de catástrofes.

Esta Conferência contemplou a realização de uma Sessão Intergovernamental onde os representantes governamentais dos diversos estados-membros das Nações Unidas irão debater as melhores práticas para a redução do risco de desastres naturais com vista à elaboração da nova Estratégia.

A delegação portuguesa, presidida pelo Secretário de Estado da Ciência e Inovação, Eng. Pedro Sampaio Nunes no primeiro dia da Conferência, integra também o Professor Adérito Serrão, Presidente do Instituto de Meteorologia, que apresentou na Conferência a posição de Portugal sobre a matéria em discussão. Destaca-se que, no que diz respeito aos sistemas de alerta rápidos de Tsunamis, um dos pontos fortes para este plano de acção, Portugal defendeu junto dos restantes países-membros um conceito alargado deste sistema que além do Índico, abranja também o Oceano Atlântico e o Mediterrâneo. A recente tragédia no Sudoeste Asiático veio confirmar a necessidade de adoptar medidas de prevenção eficazes em regiões de risco como a Ásia, mas também noutras regiões potencialmente vulneráveis.

O novo plano de acção a desenvolver entre 2005 e 2015 parte da ideia de que os perigos naturais podem constituir uma ameaça para qualquer um em qualquer altura, por isso, a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres baseia-se na constituição de associações de colaboração que terão um enfoque mundial na sua redução através da participação de todos os indivíduos e de todas as comunidades com vista à redução do número de vítimas mortais, das consequências sócio-económicas e dos custos ambientais que resultam dos perigos naturais e dos desastres tecnológicos e ambientais. A Estratégia terá que promover 4 objectivos para a concretização destas metas:

- Aumentar a consciência pública sobre os riscos, a vulnerabilidade e a importância da redução de desastres a nível mundial;
- Garantir que as autoridades públicas se comprometem a aplicar políticas e medidas para a redução de desastres;
- Estimular o desenvolvimento de alianças interdisciplinares e intersectoriais incluindo a ampliação de redes de redução de riscos;
- Aumentar o conhecimento científico sobre a redução de desastres.

MCIES interveniente na estratégia Nacional para o sector da Biotecnologia.

A APBIO (Associação Portuguesa de Bioindústrias) promoveu no dia 20 de Janeiro, uma sessão pública de apresentação e discussão da Estratégia Nacional de Biotecnologia.

Esta sessão decorreu no Fórum Tecnológico (Situado no Lote 7 do Pólo Tecnológico de Lisboa - LISPOLIS, Estrada do Paço do Lumiar, 44 - 1600 LISBOA) e pretende promover a discussão pública do documento elaborado pela APBIO com base numa reunião de consulta com vários intervenientes nacionais e internacionais, que permitiu reunir vários contributos através da partilha de ideias, opiniões e experiências.

O resultado é um documento de trabalho em que são apresentados alguns passos com vista à criação de uma sintonia com as estratégias de biotecnologia de outros países europeus, fundamental para um harmonioso desenvolvimento do sector ao nível nacional, como também um melhor aproveitamento das características específicas do nosso país neste muito promissor sector.

A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Professora Maria da Graça Carvalho, e o Secretário de Estado da Ciência e Inovação, Eng.º Pedro Sampaio Nunes, estiveram presentes nesta iniciativa que conta com o apoio do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Pretende-se com o documento, lançar bases sólidas para uma discussão de uma estratégia para o sector da biotecnologia, bem como indicar pistas que contribuam para o enquadramento e implementação de acções concretas tanto de índole legislativa como de outras que possam vir a contribuir para a criação de um sector mais forte e saudável crucial ao bom desenvolvimento económico do País.

Do documento da Estratégia Nacional de Biotecnologia constam:

Um enquadramento geral do sector;

Uma descrição geral das competências identificadas como cruciais para o sector;

Um diagnóstico do sector;

Identificação de algumas necessidades/opportunidades existentes no sector;

Sugestão de possíveis medidas com vista ao suprimento de necessidades e aproveitamento das oportunidades que poderão contribuir para o desenvolvimento do sector.

Agricultura, Pescas e Florestas: Ministro da Agricultura reúne com Agricultores do Baixo Alentejo

O ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, Carlos Costa Neves, deslocou-se no dia 24, à Golegã, onde reuniu com a Federação dos Agricultores do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (FAABA) para discutir a situação da febre catarral (vulgo “língua azul”) naquela região.

Apesar de não constituir qualquer risco para a saúde pública, a doença da língua azul tem tido especial impacto no Baixo Alentejo dados os baixos níveis de pluviosidade registados. As restrições à circulação de animais aliadas às pastagens empobrecidas pela falta de chuva estão por trás das dificuldades ali sentidas.

Carlos Costa Neves tem vindo a acompanhar a situação e, em estreita colaboração com as organizações representativas do sector, irá conceder uma ajuda excepcional aos agricultores das regiões mais afectadas com o objectivo de comparticipação dos custos acrescidos de alimentação dos animais.

Desde logo que o ministro accionou um conjunto de medidas com o objectivo de apoiar os produtores, de forma a reduzir o impacto económico resultante das medidas sanitárias adoptadas e da reduzida pluviosidade verificada.

Para além de financiar a 100% os testes sorológicos para a movimentação dos animais, o ministro accionou o adiantamento dos prémios às vacas aleitantes e dos prémios especiais aos novilhos machos relativos à campanha de 2004 bem como disponibilizou uma linha de crédito de curto prazo.

Foi ainda permitido o set-aside (utilização para pastoreio ou corte para forragem das áreas relativas à retirada de terras), autorizadas as podas dos sobreiros e azinheiras para alimentação do gado.

No âmbito da Comissão Europeia (CE), foi pedido o aumento do número de animais autorizado no âmbito das Medidas Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias e o aumento do número de animais autorizado no âmbito do Reserva Específica para o prémio às vacas aleitantes.

APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

Pedro Santana Lopes, no CCB apresentou o manifesto eleitoral do PPD/PSD



traduzem o início de propostas que procuraremos concretizar nos próximos anos. Confio no vosso conhecimento, para fazerem essa avaliação e essa distinção. O que importa hoje aos portugueses é saber o que queremos fazer nos próximos anos. Seja sequência ou seja início.

Temos um grande designio e temos de o assumir com o País. Para além de sermos um país membro da União Europeia, queremos ser um país verdadeiramente europeu. Queremos ser cada vez mais e atingir no futuro esse patamar, o país onde melhor se viva no espaço europeu. Com melhor qualidade de vida e onde todos os portugueses estejam no patamar de dignidade que é mínimo, que é condição indispensável para um ser humano.

É um objectivo ambicioso, sem dúvida. Mas, para além dos recursos energéticos, não podemos dizer que Deus tenha sido severo com os recursos naturais que deu a Portugal para enfrentar essas batalhas da competição e para viver a sua vida, enquanto Nação, enquanto comunidade. Somos e temos de assumir que somos um país que tem uma grande batalha, a batalha da competitividade para vencer, nestes anos que aí vêm. Que é uma batalha específica, dentro da batalha geral da competitividade que o espaço da EU tem para vencer no contexto mundial.

Na passada sexta-feira, dia 21, no Centro Cultural de Belém, o Presidente do PSD/PPD, Pedro Santana Lopes, fez a apresentação do Manifesto eleitoral para o Programa do Governo. Perante uma sala repleta, Santana Lopes afirmou:

Estou aqui, para apresentar aos Portugueses, com a Comissão Coordenadora da elaboração do Programa do Governo, dos diversos representantes, das dezenas de pessoas que elaboraram este Manifesto Eleitoral para o Programa do Governo, a todos os presentes, Portuguesas e Portugueses, o resultado os nossos trabalhos.

Como foi dito foram dezenas as pessoas que trabalharam directamente nesta redacção. Este é um Manifesto Eleitoral do PPD/PSD que por si, pela sua história, pela sua coerência, pela sua firmeza, na defesa dos princípios e valores que são os seus, têm nestas palavras que aqui estão caldeadas, milhões de experiências, milhões de reflexões, milhões de deduções, milhões de intuições...

Este é o resultado da nossa experiência acumulada, do nosso historial, rico, destes trinta anos e a consequência daquela que é a nossa experiência de partido político, experiência de partido de Governo, experiência de partido de oposição, ao fim e ao cabo, testemunha de um partido sempre empenhado em conseguir ou contribuir para a solução dos problemas de Portugal.

A apresentação deste Manifesto traduz o momento, naturalmente cimeiro, na definição do futuro de Portugal para os próximos anos. Consideramos que existiu nestes anos mais próximos, do passado próximo, um aprofundamento significativo da consciência cívica dos portugueses em relação à necessidade de saberem em pormenor, em detalhe, com garantia, aquelas que são as propostas, as possibilidades de solução dos problemas com que a sociedade que constituem se defrontam.

Mais do que saberem de propostas, os portugueses querem saber as garantias que dá quem se propõe a governar Portugal. Não podem já mais ser propostas; têm que ser garantias.

Queremos ser o primeiro partido na Assembleia da República. E por muito que às vezes isso seja secundarizado, trata-se de umas eleições para o Parlamento, aquelas que terão lugar no próximo dia 20 de Fevereiro. Apresentamos listas de candidatos a deputados, militantes do PPD/PSD, cidadãos independentes, militantes candidatos a deputados, designados pelo Partido Popular Monárquico, pelo Partido da Terra, que também aqui especialmente saúdo.

Queremos ser a primeira força política na Assembleia da República. E formar um Governo com um Programa coerente, com acção desenvolvida e determinado no rumo de futuro.

Portugal tem um rumo. Portugal tem um caminho. Queremos continua-lo. Todos são bem vindos. Os que aderiram logo, desde o início, a este projecto e os que, é humano, tiveram mais dúvidas ou ainda as têm, em relação ao que queremos fazer por Portugal e pelos portugueses.

Alguns dos objectivos e dos compromissos que aqui vou destacar, são sequência do tal caminho antes iniciado. Outros

Assumimo-nos como um país do mar, virado para o mar. Um país dos oceanos. Um país de turismo, um país que sabe a importância que os serviços cada vez mais terão na sua economia. Mas um país também de indústria, cada vez mais especializada, cada vez mais inovadora, cada vez mais competitiva.

Um país que se quer reconciliar também cada vez mais, com o esforço feito por aqueles que fazem da actividade económica no sector primário a sua razão de ser, a sua luta pelo seu sustento e das suas famílias.

Uma agricultura com outra dimensão de propriedade, mais capaz de competir. Um país de vanguarda no ambiente, um país de vanguarda no respeito pela sua memória, pelos seus traços culturais, pela sua identidade.

Um país que cuida de todos os seus cidadãos, quer aqueles que estão na plenitude das suas capacidades físicas, quer os que nasceram, ou no decurso da vida, se tornaram menos válidos, por limitações físicas.

Os nossos grandes objectivos são o crescimento económico, como dissemos já anteriormente e a excelência dos serviços públicos, nomeadamente na Saúde, na Educação, na Justiça e nessa vertente fundamental que é a Segurança.

Como terceiro objectivo queria destacar a justiça social. O tal nível de vida digno para todos os portugueses.

E como quarto objectivo, afirmar Portugal no Mundo. No texto que vos é distribuído hoje e que resulta do trabalho de dezenas de pessoas, estão postos os valores os princípios com base nos quais pautamos e pautaremos a nossa actividade.



APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

Princípios que constam da declaração do PPD/PSD, que constam dos compromissos políticos assumidos e que fazem parte essencial do nosso ânimo na luta para desenvolver Portugal.

A responsabilização, a liberdade de escolha, o respeito pela concorrência, a equidade geracional. A solidariedade, a transparência e, finalmente, o orgulho, o orgulho em nós próprios.

Nestes valores, nestes princípios, o Estado tem que saber que é o primeiro a ter obrigação de dar o exemplo; e nestes compromissos que assumimos, fica garantido o compromisso, a nossa garantia de que não proporemos medidas de rotura nas leis vigentes em questões éticas, morais e/ou de organização fundamental da sociedade. Pautaremos o nosso caminho pelo respeito pelos próprios que acabei de enunciar.

Neste texto deste Manifesto Eleitoral, apresentamo-vos os compromissos para estes próximos quatro anos. Compromissos, que são compromissos de Governo, são compromissos de maioria, são compromissos que consideramos indispensáveis para a mudança que importa fazer em Portugal.

Compromissos assumidos com garantia de contrato

Em primeiro lugar, concentrar os nossos esforços no aumento da produtividade como condição essencial de criar e distribuir mais riqueza. É um compromisso neste contrato que queremos fazer com os portugueses. Temos que criar mais riqueza, para ter mais riqueza para distribuir. Estamos dispostos neste contrato que vamos celebrar, a levar à prática aquilo que dissemos já durante o tempo de actividade do Governo que dirijio.

Os aumentos de salários têm que ser acompanhados, têm que ser conjugados todos os anos com os inerentes indispensáveis aumentos de produtividade, com a melhoria da produtividade. Este é um dos fundamentos do contrato que queremos fazer com os portugueses. Produzir mais, para podermos ter melhores salários. Relembro que a taxa portuguesa de produtividade, em relação à média europeia, é de cerca de 64%, e que no Luxemburgo, em que quase metade da população é constituída por portugueses ou luso-descendentes, a taxa é de 130% em relação a essa mesma média. Espanha e a Grécia, estão acima respectivamente dos 90% e dos 80%. Nós estamos nos 64% em relação à média europeia!

Quantificamos os nossos objectivos nestes compromissos que assumimos (e por isso lhes chamo «compromissos-garantia» como prometemos) a tomar as medidas, a tomar as decisões, necessárias para, da parte do Estado garantir que nesta legislatura a produtividade em relação à média da EU possa subir de 64% para 75%.

E faço notar que, com este aumento, Portugal ainda fica atrás de países com que directamente concorre: como a Espanha, como a Grécia, para não falar noutros países com dimensão equivalente mas que estão em níveis e patamares de desenvolvimento diferentes.

Segundo compromisso: manter o esforço iniciado por nós nesta legislatura. Pelo Governo anterior e por este Governo. Da consolidação das contas públicas. É fundamental manter o equilíbrio das contas públicas como princípio. Mas para isso temos de reduzir o peso do Estado na economia nacional. Temos de reduzir o peso do Estado, o peso da despesa pública de 48% para 40% do PIB até ao final da época. É um esforço significativo.

Mas é este o combate que vamos travar com as garantias que vamos dar do lado da receita pedida ao esforço dos cidadãos, no que respeita à carga fiscal, logo maior tem de ser o nosso empenho, no controlo da despesa e na redução dos níveis de absorção dos recursos nacionais por parte do Estado, libertando assim recursos para os indivíduos e para as famílias.

Terceiro compromisso que queria aqui hoje destacar: não aumentar a carga fiscal directa e, como orientação, também não aumentar a carga fiscal indirecta sobre os dos portugueses. Temos trilhado o caminho, e vamos continuar, por uma questão de necessidade, em relação aos desejáveis equilíbrios das contas públicas, mas também por uma questão de princípio, de não aumentar a carga fiscal directa.

O Governo Durão Barroso baixou a taxa do IRC e queria dizer a Portugal e aos portugueses que são significativos os aumentos da receita cobrada em 2004 e na receita do IRC, que compensa até alguns outros decréscimos na cobrança de outros impostos.

Como é sabido, baixou a taxa de 30% para 25%, mas conseguimos ganhos significativos com na receita obtida com esse mesmo imposto. Mas durante a próxima legislatura temos de procurar, mantendo os níveis globais de receita, continuar o caminho de aliviar a carga fiscal sobre os indivíduos e famílias que menos têm e mais precisam, procurando taxar aqueles que dispõem de meios mais significativos de rendimento. Destaco a medida de não considerar como um só, para efeitos de cálculo da sua carga fiscal e da taxa que incide sobre os respectivos rendimentos, os dois cidadãos que constituem uma família, e que são penalizados fiscalmente pelo facto de terem esses laços do casamento. Existe hoje, como que uma penalização fiscal do casamento, à qual iremos pôr cobro, já no início da próxima legislatura, trabalhando já no Orçamento de Estado, para podermos seguir este caminho de maior justiça no imposto sobre as famílias e sobre as pessoas.

Em relação ao IVA e ao IRC, dar a garantia — não fazer a proposta, mas dar a garantia — de que não terão aumentos nas respectivas taxas, dentro desta legislatura.

E, se possível, se tivermos margem para isso, na segunda metade da legislatura, concretizaremos então o caminho de redução do imposto sobre as empresas, para conseguirmos maior competitividade, maior estímulo à criação de emprego e para conseguirmos, finalmente, concretizar, em toda a sua dimensão, o choque fiscal que o meu partido prometeu, em 2002, às portuguesas e aos portugueses e que foi comprometido pelo estado em que encontrámos as finanças públicas e pelas ameaças



de sanção compreensíveis, vindas de Bruxelas, e como sabem, incompatíveis com os compromissos que tínhamos assumido.

Qualidade de vida, inovação e tecnologia, factores decisivos de transformação da sociedade portuguesa

Em quarto lugar e quarto compromisso: manter a recuperação do sistema nacional de Saúde, fixando, mais uma vez, objectivos ambiciosos em termos de qualidade de serviços.

É sabido o caminho que foi trilhado com a redução das listas de espera; do tempo que se espera pelas intervenções. Com a redução do tempo médio de cinco anos para seis meses. Medidas como o «cheque cirurgia», com a possibilidade de recurso por parte dos cidadãos a outros centros de saúde, a outras unidades de saúde, quando aquelas em que aguardam a intervenção, não o pode fazer, no tempo considerado necessário.

É sabido também, é conhecido também, as medidas tomadas no que respeita à política do medicamento e à introdução e, cada vez maior, generalização ou disseminação, dos medicamentos genéricos.

Em quinto lugar e quinto compromisso: adaptar a Educação às necessidades dos alunos e do mercado. Aqui a nossa garantia às famílias portuguesas, aos discentes, aos pais, aos alunos, é a da estabilidade, a eficácia na estabilidade e a estabilidade na eficácia. As famílias querem eficácia na ligação do professor à escola. Querem estabilidade nos currícula. Querem bons resultados no Português e na Matemática

APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

e também nas línguas fundamentais para nós, portugueses, termos a competitividade e a mobilidade no trabalho internacional, que é necessária.

Mas o fundamental, é a estabilidade nos currícula, a estabilidade dos manuais, a qualificação dos recursos humanos.

Obviamente, prosseguiremos o combate ao abandono escolar, procurando reduzir a respectiva taxa de 45 para 20%, nesta legislatura. E a taxa de escolarização obrigatória, de 20 para 50%, também até 2009.

Em sexto lugar: continuar a promover o acesso à Justiça. Quer no tratar do sistema de Justiça, quer no plano das garantias dos cidadãos, quer como vector fundamental do planeamento socioeconómico. Aumentar a celeridade, aumentar o número de funcionários em sectores mais especializados, aumentar o número de notários.

O oitavo compromisso: apoiar a construção de condições na família como núcleo central das acções de cidadania.

Falei na política fiscal, mas noutras, em vários domínios legais, e de apoios na área social, concretizarão esta orientação.

O nono, a nona garantia: apoiar todas as iniciativas, tomar as medidas que levem a que o conhecimento, a qualidade de vida, a inovação e a tecnologia, sejam assumidos pela Nação portuguesa como factores decisivos de transformação da sociedade portuguesa, nos anos próximos. Inseridos, aliás, no movimento e na dinâmica de toda a EU, de todo o espaço em que nos inserimos e procurando aproveitar ao máximo, para além do programa do desenvolvimentos, o planeamento dos recursos financeiros provenientes da UE e dos fluxos resultantes das novas perspectivas financeiras que durarão de 2007 a 2013.

O nosso objectivo quantificado é passarmos o investimento em investigação, inovação e desenvolvimento em percentagem do PIB de 1% a 2%, requerendo-se um esforço especial para além do investimento público, ao investimento privado e à investigação aplicada.

Décimo compromisso/garantia: garantir a conservação e a valorização do meio ambiente, enquanto factor decisivo para o desenvolvimento sustentável.

Queremos até 2009, passar a taxa de abastecimento de serviço público de Água, de 92% para 95%. Saneamento básico: ainda estamos nos 73%, que queremos que suba para 90% e quanto aos níveis de emissões de CO₂, ainda estamos de 141% para 127%.

Ainda ontem, tive ocasião de anunciar uma série de medidas tomadas pelo Conselho de Ministros, em ordem a nos tornar mais cumpridores do protocolo de Quioto e neste âmbito queria voltar a sublinhar a importância que damos a este compromisso/garantia: é um compromisso-chave, assumido pelo PPD/PSD e pelo Governo que vamos formar.

«Não iremos aumentar os impostos durante toda a legislatura e assinaremos um contrato com os Portugueses»

Não iremos aumentar os impostos durante toda a legislatura. Todos temos de compreender e participar do esforço que esta garantia implica; é necessário concretizar esse aumento e essa melhoria de produtividade, e travarmos um combate titânico contra a despesa pública não reprodutiva, a despesa excedentária, a despesa que em nada contribui para o desenvolvimento do País.

O fundamental para Portugal, é assumir um choque de gestão, um choque de gestão



que deve ser simultâneo com o contrato que vamos assumir e assinar com os portugueses. Esse contrato é possível e vai ser assinado em breve perante todos os portugueses se assumirmos que temos que fazer nos próximos quatro anos, esse autêntico choque de gestão do Estado, dos nossos recursos disponíveis, dos recursos naturais, dos recursos financeiros, dos recursos humanos.

É esse o desafio central da sociedade portuguesa: trabalhar mais, produzir mais, criar mais riqueza, gastar menos, o Estado poupar mais, para assim libertarmos mais recursos, para não termos de aumentar essa carga fiscal, esse esforço que impende sobre as famílias que levam a que, muitas vezes, por exemplo, na classe média portuguesa, mais de metade da remuneração e dos rendimentos que as famílias conseguem

pelo seu trabalho, tenha que ser entregue ao Estado, para financiar as necessidades de desenvolvimento.

Na política orçamental, à luz deste choque de gestão e, como disse, vamos, durante os quatro anos, manter em permanente observatório esse controlo da despesa. Não aumentando impostos; como disse, é esse o nosso combate. Para ele ser eficaz, o contrato e o choque de gestão, temos que eliminar aquilo que aqui chamamos neste documento de "custos de contexto", que são, ao fim e ao cabo, os factores de bloqueio que fazem com que Portugal não possa andar mais depressa. Fazem com que Portugal, muitas vezes se veja obrigado a parar.

Alguns exemplos, a evasão fiscal e tudo que ela significa e o peso que ainda tem a economia paralela, na actividade global do nosso País.

Mas também o ordenamento do território, a necessidade de conseguirmos maior racionalidade, maior eficácia, maior adequação à realidade e às necessidades de conciliação da protecção dos recursos naturais e salvaguarda do desenvolvimento que obviamente, queremos sustentar.

Mas também as exigências de maior mobilidade laboral, acabando e continuando o combate para acabar com dogmas e com «espartilhos» sem justificação no actual estádio de desenvolvimento, das sociedades.

Fazendo esforço para conseguirmos essa maior eficácia na administração do Estado. E, aqui também como disse há pouco, na administração da Justiça.

Só em pendências nos tribunais fiscais, temos cerca de vinte mil milhões de euros. É um trabalho imenso que temos pela frente. São níveis equivalentes ao esforço anual com os encargos com pessoal da Administração Pública,



APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

Se trabalharmos para possuir uma percentagem mínima — eu diria mínima, em relação ao que isto representa de desperdícios de recursos que são de toda a comunidade — se conseguirmos eficácia nesse domínio, reforçando o número de tribunais — 59 juizes, 130 novos funcionários — e conseguirmos novos meios para os tribunais fiscais, podemos ir buscar alguns dos recursos de que necessitamos para reforçar a coluna da receita no OE e nas contas que temos que fazer todos os anos e ao longo da legislatura.

Eliminando estes custos de contexto poderemos efectivamente garantir um tempo novo para Portugal. Temos que rentabilizar os fluxos financeiros. Por exemplo, disciplinar a gestão das necessidades de tesouraria e as decisões quanto a emissão da dívida pública. Também reduzir os custos de consumo. Estão aí, no documento que distribuímos, aquilo que estimamos poupar com o funcionamento de uma eficaz central de compras do Estado e o que poderá introduzir de poupança, todos os anos, nas necessidades de financiamento por parte do orçamento público. O “outsourcing” de que falou aqui o Dr. António Mexia, por exemplo, em relação às necessidades de frota automóvel do Estado. Mas também a possibilidade de rentabilização e de alienação racional e não por força, de necessidades de última hora, em relação aos cálculos das contas públicas da alienação racional do património não utilizado, do património não mobilizado, do Estado.

Mas também a concessão de serviços, aí seguindo o exemplo das autarquias, do poder local. A possibilidade de conseguirmos reduzir os níveis da despesa pública. Reduzir até também a esse propósito, os encargos com pessoal da Administração Pública pelo caminho cada vez maior da concessão de serviços, dos contratos de gestão, que também no domínio da Educação e Saúde, procuraremos trilhar com os respectivos profissionais, estabelecendo contratos por objectivos.

Nesta redução da despesa, nesta aplicação criteriosa dos dinheiros públicos, outra garantia quero dar aos portugueses: a da informação permanente com a apresentação do respectivo encargo que chega a casa na caixa do correio; do encargo a liquidar perante o fisco, todos os anos os portugueses terão também, na mesma altura, a chegar a suas casas, a informação do modo como o Estado aplicou no exercício orçamental anterior e como pensa aplicar no exercício orçamental seguinte.

Este sentimento cada vez mais profundo da justiça na aplicação dos encargos fiscais e da receita fiscal conseguida com o esforço dos portugueses é um ponto fundamental da nossa actividade.

Por outro lado, no Parlamento, a avaliação e a informação trimestral da execução das contas do Estado. É um dos grandes pecados, uma das grandes lacunas, quanto à transparência e à eficácia da Administração Pública e da execução orçamental.

A falta de avaliação atempada e aprofundada das contas do Estado. Procuraremos garantir a aplicação desta regra simples: fazer aquilo que é normal na vida das empresas, quando têm que elaborar os seus balancetes, quando têm de conferir mês a mês, trimestre a trimestre, semestre a semestre, o andamento da sua situação económico-financeira. Fazer o mesmo com as contas do Estado. Obrigar os Serviços Públicos a enviarem para o Parlamento os níveis de andamento da execução dos compromissos assumidos na lei respectiva aprovada no início de cada ano.

E como exemplo doutra medida destinada a garantir esta redução da despesa pública, procurar no poder local como no poder central criar mecanismos que terão que ser diferenciados para avaliação externa dessas mesmas contas.

No âmbito do Parlamento, como órgão de soberania que é, deve ser decidido, o modo como deve ser feito.

Avaliação do desempenho autárquico por mandatos e com auditoria externa

No poder local como há vários casos já e vários precedentes, as auditorias externas permanente, como princípio salutar de gestão, procurando-se garantir o objectivo também importante do equilíbrio orçamental, o equilíbrio da gestão orçamental, ao longo de todo o mandato.

Ao fim e ao cabo, levar para o nível do poder local, as mesmas regras que os estados membros da EU vão ter, aquilo com que vão ser confrontados depois da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e que compreende a avaliação por ciclo.

No caso da EU, por ciclo económico. Aqui, no âmbito do poder local, fazer esta avaliação por mandato e fazer esta exigência em relação ao saldo zero, no final de cada um dos mandatos. Esta obrigação de auditoria externa, esta obrigação de

avaliação, no âmbito do Parlamento, deve conciliar-se com outra regra de ouro para salvaguarda do tal princípio da responsabilização. Os contratos/programa que sejam celebrados pelo Estado com a utilização de dinheiros públicos, com gestores de empresas públicas ou de capitais públicos, contratos/programas cujos objectivos não sejam atingidos, devem levar a que se considere a criação de justa causa para os seus responsáveis e a sua substituição, sem direito a indemnização, por não terem atingido os objectivos de gestão a que se comprometeram no âmbito da sua actividade profissional.

É este sentimento de justiça, é este sentimento de eficácia é este sentimento que os portugueses querem ter em relação à capacidade de gestão dos seus recursos que



na leva a falar e a sublinhar estes dois vectores: contrato/garantia com os portugueses; necessidade de choque de gestão para que os recursos sejam distribuídos com mais justiça.

No âmbito da reforma da Administração Pública quero salientar a solução que damos já em 2005 e 2006, neste macro-processo, que escolhemos entre muitos que a Administração Pública necessita de resolver. Não falamos do estafado slogan da Reforma da Administração Pública. Vamos à solução dos casos em concreto, de que dou exemplo da criação de empresas que, já o disse, deve passar para um prazo de meses (já foram anos...) e passará imediatamente para 72 horas e desejavelmente 48.

A solução das questões do registo civil, em Portugal e no estrangeiro. Como também as declarações de contribuintes ou de cessação de actividade ou de deslocalização ou no plano do licenciamento aos mais variados níveis: urbanístico, para fins turísticos, ambientais, etc. São dez “macro-casos” que constam no programa que vos está distribuído que procuraremos solucionar, nos dois primeiros anos da legislatura.

Continuaremos o trabalho de reforma, de mudança, que tem sido levado a cabo. Em 2007, 2008, saltaremos para outro patamar. Objectivos, esperamos bem, já que chamamos ao nível do E-Europe e, portanto, já consentâneo com os níveis de desenvolvimento do tal país verdadeiramente europeu.

Mas para demonstrarmos o nosso respeito e a nossa aposta na valorização dos recursos, na qualificação dos recursos, também na Administração Pública, receberão formação 130.000 funcionários, nomeadamente, ao nível da gestão, nos próximos três anos. Desses, 40.000 receberão formação de nível médio para especialização média e para reabilitação no âmbito dos vínculos que têm ao Estado.

Saltando para outro domínio e por não ser possível descrever todas as medidas resultantes deste muito trabalho, destas semanas, destes meses, e resultante também com a coerência com aquilo que fizemos durante estes anos, eu queria dizer em relação à Administração Pública, que o PPD/PSD, os seus candidatos a deputados e eu, como candidato a PM assumimos também o compromisso de garantia, o contrato, de que novos funcionários da Administração Pública passarão a ter uma nova idade de aposentação.

Assim o exige a sustentabilidade do sistema de Segurança Social. Com o aumento da média de esperança de vida, é absolutamente demagógico ou irresponsável, admitir outro caminho. Legislaremos no sentido de que, quem tem já vínculo à Administração Pública e tenha menos ou até 35 anos, deve já contar com essa nova

APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

idade de reforma na Administração Pública, fazendo aliás a equiparação àquilo que se passa já no sector privado.

Os portugueses entendem que antes, depois da aposentação o Estado financiava a reforma das pessoas por 5 ou 7 anos para além da Segurança social. Mas, graças a Deus, com o aumento de tempo de vida, o que o Estado financia, em tempo de aposentação, é um número bem superior de anos ao que o fazia anteriormente.

É por isso que dizemos também: os que têm vínculo à Administração Pública e têm mais de 35 anos, podem fazer a opção: quem quiser aumentar a sua idade de reforma, pode fazer essa escolha, quem quiser salvaguardar o seu direito de se aposentar aos 60 anos, estará no seu direito. Mas o que decidimos é um contributo indispensável para a sustentabilidade do sistema da Segurança Social.

Saúde, Educação, Justiça, Emprego

Na excelência dos serviços públicos, que é outro capítulo do texto que vos distribuímos, eu queria dar o devido relevo à Saúde, à Educação e à Justiça.

Na Saúde, vamos continuar a trabalhar como o temos feito. As necessidades de financiamento do OE, com o esforço de racionalização, não prejudicando os direitos dos utentes, ultrapassam actualmente, os 7 mil milhões de euros. Mas da parte do OE a disponibilização, tem sido pouco superior aos 5 mil milhões de euros.

Há um esforço a fazer na continuação da boa aplicação dos recursos, não prejudicando nenhum dos direitos, nomeadamente, na isenção dos cidadãos que delas beneficiam.

O Serviço Nacional de Saúde é universal e tendencialmente gratuito. Mas aqueles que tenham possibilidade, em relação principalmente aos actos médicos simples, e em relação a intervenções, têm naturalmente de pagar por esses actos médicos, diferentemente daqueles que ou estão isentos e não pagam, ou daqueles que têm baixos rendimentos. Esta nossa filosofia de justiça social, presente em todas as orientações e decisões de todos os níveis da acção governativa que queremos salientar, neste momento da apresentação deste Manifesto Eleitoral.

Continuaremos com os hospitais SA; procuraremos melhorar a sua gestão. Não os transformaremos em empresas públicas. Vamos, mal chegue o relatório da comissão Nacional de Dados, aprovar o cartão do utente, com tudo aquilo que permitirá o facilitar da vida àqueles que têm que procurar cuidados de saúde.

A criação da entidade reguladora e também dos novos hospitais já assumidos, já previstos, entre eles o de Cascais, o de Loures, o de Braga, para além de novas unidades espalhadas por todo o país, de tratamento a casos graves, de doenças graves, como são as unidades de tratamento oncológico, distribuídas numa rede equitativamente ponderada, por todo o território nacional, segundo decisão tomada



pelo governo Durão Barroso e também pelo meu governo.

Na Educação, falei já e fiz referência à importância que damos à estabilidade neste sector.

Quero sublinhar que nesta área, como noutras que são motivo de preocupação para a sociedade portuguesa, está pronto tudo para ser imediatamente lançado a partir de 7 de Fevereiro, todo o processo do concurso de colocação de professores, para o novo ano lectivo, assegurando com estabilidade, com serenidade, com eficácia, a tranquilidade que as famílias desejam para a sua vida em família e para a formação dos seus filhos. E no caso dos professores, para a sua estabilidade profissional.

Por isso mesmo, em todos estes sectores, como o da Justiça, a que já fiz referência, a nossa preocupação é de fornecermos e alcançarmos essa excelência nos serviços públicos a prestar.

Para me aproximar do final desta intervenção, queria fazer referência a algumas medidas concretas que consideramos emblemáticas, no caminho que queremos trilhar.

Em sectores que referi, como sectores que são identificadores no país europeu que somos, e queremos cada vez mais ser, com uma História rica de 8 séculos, gostava de salientar as medidas que decidimos e queremos executar ao longo da legislatura na área do ambiente, na defesa dos recursos naturais, na defesa da qualidade de vida de todos nós, no respeito de protocolo de Quioto, procurando que em 2010, o nível quanto aos milhões de toneladas de emissão de dióxido de carbono para a atmosfera, esteja já mais próximo dos compromissos assumidos por Portugal e mais próximos da média da generalidade dos países na negociação travada em 1997.

Na área da cultura, gostaria de salientar uma medida que certamente irá contribuir para a conservação da nossa memória, do nosso património. Um por cento de todas as empreitadas públicas, das de nível superior, adjudicadas pelo Estado, deve ser destinado ao restauro, à salvaguarda e à conservação do património: património móvel e imóvel de toda a Nação.

Se o Estado assume os níveis de investimento que assume, e bem, para o desenvolvimento da nossa comunidade, que 1% dessas empreitadas públicas seja destinada essa finalidade de preservação da nossa História, do nosso património.

Gostaria também de destacar a importância que damos ao que se passa em Portugal ao nível do desemprego.

Como dizia no outro dia, para cada um dos desempregados não há taxas de desemprego. Não há possibilidade de comparação entre os níveis de desemprego entre os diferentes países.

O que importa a cada um que não tem emprego é saber quando essa situação acabará.

Sabemos que Portugal vive um período da sua história em que quase 100.000 jovens, cerca de 75.000 jovens até aos 25 anos, estão em situação de desemprego. Em que há uma situação aguda também de desemprego chamado qualificado. Muitos desempregados licenciados. E por isso entendemos, como partido social-democrata, como partido que acredita na importância fundamental da iniciativa privada, mas que não dispensa nunca o papel do



APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL

Estado na correcção das assimetrias, das injustiças dos casos de agudização das diferenças sociais, interviremos, ao nível da assumpção das responsabilidades financeiras exigíveis, no financiamento dos estágios e dos períodos de formação desses jovens até 25 anos ou dos que são vítimas desse desemprego qualificado, assumindo as responsabilidades financeiras desses estágios, destes períodos de formação dentro das empresas.

Ou, no caso do desemprego jovem até 75% nos períodos de formação, no caso de desemprego qualificado até 50%.

É um esforço financeiro significativo que iremos realizar e que está também quantificado no texto que vos é distribuído.



daquela que é a identidade do nosso partido, do nosso caminho, do nosso trabalho.

Outro exemplo de uma medida que nos parece que deve ser salientada, tem a ver também com a diminuição do esforço público, do esforço financeiro, mas também com o sentimento de quem estuda, nomeadamente ao nível universitário, quer ter a atenção especial do Estado dedicada.

Para um aluno do ensino universitário, o esforço financeiro ao Estado, anualmente, é de cerca de 5 mil euros.

Vamos partir destes valores para a propina ser em média, de 800 euros. O Estado vai propor aos alunos, vai decidir: um sistema em que o aluno aceita não pagar

propinas durante todo o seu curso. Mas aceita que, depois de iniciar o seu caminho profissional, amortizará o valor das suas propinas para um valor um pouco mais próximo do esforço financeiro do Estado.

Ou seja, a propina que é de 800 euros, poderá ser de 1500 euros, mas será pago só depois de se iniciar a vida profissional do estudante.

Podem pois escolher entre os dois caminhos: ou pagar a propina no caminho que está estabelecido, ou pagá-la por um valor superior depois de iniciada a sua via profissional.

Através da cooperação entre Estado e as instituições financeiras nacionais, abriremos este caminho inovador que permitirá diminuir a despesa pública, tornar mais verdadeiro e consciente o esforço que é feito pelo Estado, em relação aos diferentes sectores da actividade nacional mas também criar o estímulo para que as pessoas saibam que cada vez é mais importante ter melhores resultados, ser melhor aluno, conseguir melhor inserção profissional, para poder ter, cada vez melhor, a remuneração no seu trabalho.

E por isso mesmo, estas decisões, todas estas medidas que apresentamos à consideração dos portugueses, representam, em nossa opinião, um tempo completamente novo para a vida de Portugal e dos portugueses.

Na área da Cultura, sector que me é particularmente caro na área governativa, não posso deixar de fazer uma referência específica à conclusão da rede de leitura pública, até 2008.

Foi um caminho iniciado pelos governos do PPD/PSD., com Teresa Gouveia e continuado por mim. Continuado por governos de outros partidos, mas que estamos a concluir agora e que iremos concluir, a cobertura de todo o território nacional através deste instrumento privilegiado de formação e de enriquecimento da personalidade dos níveis de formação de cada indivíduo e que concluímos até 2008, e portanto, antes do termo da legislatura.

É trabalhando neste sentido, com estes níveis de responsabilidade ao nível de todos os sistemas, mesmo os que aqui não posso destacar particularmente.

A Defesa nacional: continuar o caminho de reequipamento; da sua importância nas missões que desempenha no mundo; a sua importância para a defesa da identidade nacional e para a afirmação externa de Portugal.

Também consideramos a defesa intransigente dos nossos interesses nas negociações da EU. O apoio de Portugal à revisão do Pacto de estabilidade e Crescimento, caminho desejável do equilíbrio das contas públicas. Dos compromissos com os nossos aliados, em ordem a garantir a segurança nacional, principalmente nos locais do mundo onde ela é mais posta em causa.

E neste momento, reafirmar o nosso empenho, em relação às partes do mundo, onde temos presentes cidadãos nacionais, nomeadamente, no Iraque, no Afeganistão, no Kosowo, e na Bósnia.

A importância, como disse, fundamental, que damos na área da energia, de forma a conseguir uma cada vez menor dependência energética do nosso País, em relação ao exterior.

A introdução progressiva de energias alternativas. A importância dos painéis solares; das cidades verdes; das cidades abastecidas por energias renováveis e que vivam com uma base cada vez maior de energias naturais. A importância que já tem na nossa economia, no nosso abastecimento energético, a energia hídrica, mas também fomentar, cada vez mais, a eólica e outras, que em muitos países fazem cada vez mais face àquela que foi a mutação verificada na dependência de fontes fósseis de energia, cada vez mais escassas, cada vez mais raras.

Desoneração da carga tributária sobre o automóvel, principalmente os movidos a energias alternativas e apoios a cursos universitários

No âmbito do ambiente, da segurança, mas também no estímulo à actividade económica, gostaria de sublinhar que queremos já, na primeira fase da legislatura, tomar a medida da desoneração da carga tributária sobre o automóvel, em Portugal, principalmente os movidos a energias alternativas.

Iremos dar estímulos fiscais que irão levar ao desagramento até aos 100% durante a legislatura, compensando o imposto de circulação, terminando com o IA (imposto automóvel) sobre os carros movidos a energias alternativas. Será menor, mas existirá também, o desagramento do IA para carros movidos a energias tradicionais.

Consideramos, face aos fenómenos da sinistralidade rodoviária, consideramos que face às necessidades de protecção dos nossos recursos naturais, à dinamização



do tecido económico, à confiança dos portugueses no futuro da sua economia, do seu país, e nomeadamente, para as camadas mais jovens ou de menos recursos, que é absolutamente injusta a situação de disparidade que existe a esse propósito entre os níveis de tributação do meio de transporte em Portugal e nos outros países da EU.

Mas é claro o nosso sinal de não darmos o incentivo à utilização do transporte privado, nomeadamente, nos centros urbanos, e que deve ser privilegiado o recurso aos transportes públicos.

O que será desagradado totalmente, durante esta legislatura, com a compensação parcial no imposto de circulação, como disse, são os carros movidos com energias alternativas. Como também as empresas de capitais públicos, ficam interditas de fazer renovação de frota, sem que haja, nestes quatro anos, um número de veículos movidos a energias alternativas, igual ao número de unidades movidos a combustíveis fósseis.

Para além de sinais, são medidas resultantes de convicções. De convicções e

Um compromisso com Portugal e com os portugueses

APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL



A apresentação deste Manifesto Eleitoral, traduz politicamente esta vontade firme, a vontade de assumir um compromisso com Portugal e com os portugueses. Julgo que estas são as eleições em que maior é o interesse, maior é o empenho das pessoas, em saber que garantias dá cada candidato, cada partido, cada força política, em relação ao futuro colectivo de todos nós.

Nos próximos dias, já a partir de amanhã, com as pessoas que trabalharam na redacção do Programa, com os responsáveis do Partido de que sou presidente, responsáveis dos outros partidos que conosco estão juntos, com muitos cidadãos independentes nos variados sectores, iremos por todo o País, com os candidatos a deputado, os cabeças de lista, desenvolver sectorialmente e globalmente o Manifesto que ora aqui apresentamos. É um manifesto cujos principais compromissos irei, em cerimónia que terá lugar nos próximos dias, assumir formalmente com os portugueses, o compromisso de os executar, desde o início da legislatura.

Num acto público em que anunciarei igualmente a Portugal e assumirei igualmente o compromisso escrito em relação a esse propósito, a estrutura do Governo que conto formar depois das Eleições Legislativas do próximo dia 20 de Fevereiro.

Portugal não pode nem deve parar. Não pode nem deve ser prejudicado pela instabilidade política.

Faço aqui esta apresentação sem uma única palavra que não seja de respeito pelos nossos adversários, pelos que concorrem connosco nestas eleições.

Cada um deve apresentar o seu Programa.

Fizemos esta preparação sem alardes, sem rótulos, sem pompa nem circunstância, trabalhando denodadamente, com todo o empenho, durante todo este tempo em que temos também responsabilidades de governo, aos mais variados níveis do País. Fazemo-lo com o sentido de serviço. Também, como gosta de dizer o coordenador que elaborou este Programa, com o sentimento de sermos felizes por estarmos a fazer aquilo que nos motiva: servir Portugal.

Mas para este contrato ser eficaz, é fundamental a adesão daqueles a quem ele se destina.

Portugal quer garantias. Portugal quer certezas.

Nós temos uma: a de que só no rumo que iniciámos em 2002 — de recuperação das contas públicas; recuperação da economia; continuação dos investimentos criteriosos.

Assim, ainda esta semana, inaugurarei um grande Palácio da Justiça em Sintra; uma grande Escola do Ensino Secundário em Arganil, outra excelente escola em Sor; foi consignada a obra da construção do Hospital Pediátrico de Coimbra, aspiração de décadas. Tantos e tantos investimentos foram decididos na primeira metade desta legislatura, apesar da contracção, no esforço de investimento a que o Estado se viu obrigado, por força do estado, dessas mesmas finanças públicas.

É este o rumo que vamos seguir, propondo medidas novas, como aqui procurei dar alguns exemplos. Respeitando o papel fundamental dos trabalhadores, dos empresários, procurando alcançar um pacto de competitividade e emprego em que trabalhámos durante este Governo e que levou esse trabalho a que fosse possível, até no final do ano transacto, a celebração de um acordo no âmbito das regras da contratação colectiva, entre confederações patronais e confederações sindicais.

Saúdo aqui os representantes dessas confederações, os representantes das forças sindicais e saúdo todos os Portugueses

e a todos apelo para que iniciemos agora, em que as questões substanciais estão em cima da mesa, que iniciemos agora o momento da escolha.

Julgo que ninguém que confiou em nós em 2002, tem razões para deixar de confiar.

Não seguimos o caminho da facilidade. Nem Durão Barroso, nem eu próprio. Seguimos o caminho das decisões difíceis. O caminho da exigência. Quer no governo de 2 anos de Durão Barroso, quer neste governo que leva 6 meses.

Nas leis das rendas, nas SCUT's, em muitas medidas, na alteração do sistema fiscal na área do património; a mudança no imposto da SISA; a abolição do imposto sucessório; tantas medidas que foram tomadas... a introdução dos genéricos...

Mas também foram dois anos sem ser possível aumentar os funcionários públicos de muitos escalões. Todas estas medidas foram tomadas de cara-a-cara com os Portugueses, não escondendo défices na gaveta. Não tomando medidas sem antes anunciar a Portugal e aos portugueses e explicar as respectivas razões.

Há dois caminhos: o da Verdade, ou o da Ilusão; o da Convicção ou o da Acomodação. São dois caminhos muito diferentes.

Nós estamos convictos das nossas medidas, dos nossos princípios das nossas causas.

Não precisamos dizer que estamos de acordo com causas doutros, com princípios doutros, com convicções doutros.

Este é o nosso caminho, um contrato com os portugueses: ambição, competitividade, responsabilidade, responsabilização, liberdade de escolha; transparência; confiança e orgulho em nós próprios.

Para além da confusão, existe a Verdade num país chamado Portugal.

Para além dessa confusão que se quis fazer sobre as diferenças que existem entre as responsabilidades do passado, entre a atitude do presente e os propósitos para o futuro, existe a verdade. A verdade está a vir ao de cima. A pouco e pouco, no dia 20 de Fevereiro, ela virá seguramente ao de cima, porque resultará da vontade do povo português.

Temos o melhor Programa. Temos muita gente capaz. Sentada nesta mesa, uns mais conhecidos publicamente, outros menos. Uns que já tiveram responsabilidades de governo, outros que a têm neste momento. Outros que nunca quiseram ter, porque querem estar na sua vida profissional privada. Uns mais desligados da actividade partidária, outros menos. Uns que nunca militaram em partidos, outros que são militantes há muitos anos. É desta junção de vontades que vamos fazer este Portugal do século XXI. Temos este desígnio: queremos ser o país da Europa com a melhor qualidade de vida, onde melhor se vive em toda a União Europeia.

E para o sermos, ninguém pode viver abaixo desse patamar de dignidade que é merecido por todos e para todos os seres humanos.

É uma batalha muito grande. Só gerindo bem com esse choque de gestão e cumprindo esse contrato que vamos celebrar com os Portugueses será mesmo possível levar Portugal para o caminho que desejamos.

Reafirmo aos nossos adversários, uma palavra de respeito.

Estamos disponíveis para debater estas propostas ao detalhe, ao milímetro.

E como disse, vou responsabilizar-me por elas perante todos os Portugueses, vamos continuar, por Portugal! – Dep. Audio-Visuais/ PSD, fotos Luís Saraiva



O Momento Eleitoral

Santana Lopes em iniciativas de pré-campanha

O nosso Partido está a realizar, no âmbito da pré-campanha eleitoral, diversas iniciativas com a presença do presidente do PPD/PSD, Pedro Santana Lopes.

Em Ourém, Santana Lopes contesta “Velhas Fronteiras”

No dia 22, em Ourém, perante cerca de duas mil pessoas que encheram um jantar partidário no Centro de Negócios local, o líder do PPD/PSD pediu aos eleitores que lhe dêem a maioria nas próximas eleições legislativas, num discurso com vários comentários críticos a algumas acções da comunicação social.

Sobre esse assunto, Santana Lopes lamentou o tratamento que o PSD tem sofrido nos jornais, exemplificando com a manchete de hoje do “Expresso”.

“Hoje fazem uma maldade inaceitável ao nosso companheiro Marques Mendes”, afirmou, rejeitando a possibilidade de o cabeça-de-lista por Aveiro desejar “a derrota do PPD/PSD para depois se aproveitar dela”.

O entusiasmo dos militantes foi visível nos minutos que antecederam a chegada do líder social-democrata, e nos primeiros gritos de PSD, o “speaker” de serviço teve de acalmar os ânimos.

“Sentem-se, que o nosso presidente ainda não vem aí”, afirmou, recomendando que “guardem forças para o resto da campanha”, pouco antes de as luzes se apagarem antes da entrada de Santana Lopes no Centro de Congressos, apenas iluminado, como uma sala de cinema, pelo clip de promoção partidária.

O jantar contou com cerca de dois mil pessoas e muitas delas não conseguiram lugar nas mesas, já que o recinto ficou completamente repleto, num dos concelhos mais sociais-democratas do distrito de Santarém.

Em 2002, o PSD obteve no concelho de Ourém quase 70 por cento dos votos, número que também se reflecte no número de militantes, já que esta é a maior Concelhia do distrito.

O líder do PSD, no seu discurso, referiu-se à reunião dos socialistas desse dia, no Estoril como as “Velhas Fronteiras”, analisando ainda a responsabilidade de Jorge Sampaio pela crise governativa do país.

Com vários comentários críticos a Jorge Sampaio e José Sócrates, Pedro Santana Lopes apelou à mobilização dos militantes sociais-democratas, salientando que, do PS, “começa a virar o vento” nas sondagens e na opinião dos eleitores.

“Confio no sentido de justiça do povo português”, afirmou, lembrando que Jorge Sampaio, “eleito pela suposta esquerda”, parece “Quando nós tínhamos acabado de fazer a parte mais difícil do trabalho em que o PS colocou o país”, aludindo aos Governos de António Guterres, “quiseram-nos pôr porta fora, para pôr os que são mais próximos”.

No entanto, Santana Lopes espera que os eleitores confirmem que, “como em tudo na vida, quem começou um trabalho, tem o direito de o acabar”.

“Todos têm direito a ver respeitado aquilo a que se comprometem” e, “em democracia, as legislaturas duram quatro anos”, recordou. “Não pensem que acertaram quando tomaram esta decisão, se pensavam que se viam livres de mim, estavam muito enganados. Nem de mim, nem do PPD/PSD”, disse.

Minutos depois de ouvir a sessão de encerramento das “Novas Fronteiras”, Pedro Santana Lopes considerou que o encontro socialista nada trouxe de novo, acusando a iniciativa de ter uma “uma grande sofisticação na forma” onde “já não há rosas, já não há cravos”.

“Ali há apenas programação e artificialismo. É tudo menos aquilo que tem alma, menos aquilo que tem sentimento”, acusou.

“Que novas fronteiras surgiram?”, questionou, considerando que



O Momento Eleitoral



houve “tanta produção para disfarçar aquele vazio”, já que “de novo (as ideias) não têm rigorosamente nada”.

Santana Lopes criticou também a “propaganda gratuita” na comunicação social nos dias que antecederam o encontro, à semelhança do que já havia sucedido com os “Estados Gerais” de António Guterres.

“Qual foi a surpresa, para além da surpresa da transferência do teleponto transferido de Guimarães para o Estoril?”, questionou Santana Lopes, respondendo logo em seguida que a “principal atracção” foi o discurso de António Vitorino.

“É preciso reconhecer que foi a grande novidade, a grande atracção, a grande surpresa destas velhas fronteiras do PS”, afirmou, considerando que, “quando António Vitorino fala, nada soa a programado ou a

artificial”.

Na sua opinião, existe uma estratégia de “esconder aquele que é o líder nominal do PS, atrás de António Vitorino”.

Sobre as propostas socialistas, Santana Lopes criticou essas “grandes paixões” que compensam o “vazio da ideologia” já que o “socialismo é uma coisa que ninguém sabe o que é”.

Em relação à proposta de redução de funcionários públicos, hoje sugerida por José Sócrates, ao mesmo tempo que prometia 150 mil novos empregos, Santana Lopes considerou que essa decisão é errada, já que “não é fazendo os trabalhadores pagar de maneira cega” que se recupera a administração pública.

A solução deve passar por “reduzir o peso da despesa pública”, sem ser apenas pelo corte nos empregos, mas por uma gestão mais correcta, com “economia de custos, concessão de serviços”.

“Desde ontem e desde hoje, os portugueses sabem que (com o PSD) os impostos não vão aumentar nesta legislatura, mas com o PS não têm a certeza”, afirmou, acusando ainda os seus adversários socialistas de estarem nervosos com a diminuição das diferenças nas sondagens. “à medida que vão passando os dias de campanha, os dados vão-se alterando” e “vê-se o nervosismo do PS”, sublinhou.

“Nós começámos a mostrar a nossa força” e “é um grande erro em política contar com vitórias previamente adquiridas antes de o povo se pronunciar nas urnas”, disse Santana Lopes, arrancando muitas palmas em todos os presentes.

Apelando à bipolarização até ao dia 20 de Fevereiro, Santana Lopes considerou que “só um de dois partidos pode ganhar as eleições”, pelo que apelou aos votantes do PSD para “virem para a rua falar com os nossos amigos e com os nossos familiares”, pedindo-lhes que o “deixem acabar a tarefa” de governação do país.

Caso vença no dia 20 de Fevereiro, Santana Lopes promete que não vai ser “complacente com os poderosos”, que responsabilizou também pela crise governativa que o país vive.

“Se eu tivesse respeito pelos poderosos não teria acontecido ao meu



O Momento Eleitoral



Governo o que aconteceu”, afirmou, salientando que a coligação deu um “exemplo à banca”.

“Custa, mas vão ter de pagar mais impostos, porque o Estado não pode continuar a pagar mais”, afirmou.

Pedro Santana Lopes acabou o discurso, salientando que apenas o PS ou o PSD podem aspirar à vitória e considerando justa a continuação dos sociais-democratas no poder.

Em Leiria, Santana Lopes pede o empenho dos autarcas PSD na campanha eleitoral

Pedro Santana Lopes, apelou em Leiria ao empenho dos autarcas do partido na campanha para as legislativas de 20 de Fevereiro, considerando esse contributo essencial para uma vitória do partido.

Apesar de abalado por uma forte gripe, Santana Lopes compareceu num almoço com dezenas de presidentes de Câmaras do PSD de todo o país, tendo a participação dos autarcas na campanha, salientando que essa acção pode convencer muitos eleitores indecisos.

“Só conseguiremos ganhar as eleições se os autarcas derem o melhor de si”, afirmou Santana Lopes, considerando que “maior parte dos indecisos” votaram no PSD em 2002.

“Se houve terreno onde aprendi a ganhar eleições foi no poder local”, disse, elogiando o trabalho dos autarcas sociais-democratas junto das populações.

“Sei que o principal depende de mim, o resultado tem mais a ver com o líder nacional do que com o esforço que cada um faz. Mas há meio por cento, um, dois por cento que depende do poder local”, sublinhou.

“Peço-vos que, nestas três semanas, dêem esta força para que com o um por cento que se vai buscar a cada lado” se “atinja a recuperação de que precisamos”, apelou.

Na sua opinião, o número de indecisos está a diminuir já que muitos eleitores sentiram que “era justo” voltar a votar PSD porque “houve um trabalho que foi interrompido a meio”.

Santana Lopes recordou intervenções que fez nos Congressos do PSD de Santa Maria da Feira (1996), Tavira (1998) e Viseu (1999), onde disse que alertou para os problemas estruturais da economia portuguesa, demonstrando “coerência política”.

“O PS já disse o mesmo e o seu contrário em 15 dias”, afirmou.

Santana Lopes mostrou-se optimista em relação ao resultado eleitoral e considerou que a “tendência de recuperação” do PSD nas sondagens está a ter resposta não de José Sócrates mas de outros dirigentes socialistas.

“Não há nenhum sítio (da pré-campanha socialista) onde não fale mais o doutor Jorge Coelho, o doutor António Vitorino ou o engenheiro Guterres. Nunca vi ninguém a aparecer com tanto apoio, com tanta ajuda, a chamada bengala”, acusou Pedro Santana Lopes.

Na cerimónia de hoje, Manuel Frexes, presidente da Câmara do Fundão e dos Autarcas Sociais-democratas, elogiou o trabalho de Santana Lopes à frente do país, manifestando também a sua admiração por Isabel Damasceno, autarca de Leiria. “O seu trabalho em Leiria não é mais do

que a marca pessoal de uma grande presidente de Câmara e é a marca pessoal dos presidentes do PSD”, afirmou Manuel Frexes, arrancando um aplauso dos presentes.

O líder do PPD/PSD considerou também “um pouco injusta” a crítica do Presidente da República à forma como a pré-campanha está a decorrer, por ter afirmado, nos Açores, que a mesma está “mais centrada em questões mediáticas do que no debate de problemas concretos”.

“Penso que é injusto. Penso que esta é e será a campanha onde se fala das propostas programáticas”, afirmou Pedro Santana Lopes, no final do almoço

Santana Lopes lamentou que as críticas feitas por Jorge Sampaio, tenham ocorrido “logo no fim-de-semana em que foram apresentadas propostas tão estudadas”, referindo-se aos programas de Governo dos sociais-democratas e dos socialistas.

“Não estamos em tempo de ouvir essas observações” por parte do Presidente da República, rematou Santana Lopes.

Na sua opinião, após a apresentação dos programas de Governo, resta uma “questão instrumental importante que é como debater essas propostas e onde”.

Em relação às críticas que José Sócrates lhe dirigiu, acusando-o de estar mais preocupado com a liderança partidária do que em vencer as eleições, Santana Lopes considerou-as “um truque antigo, de inventar e puxar por problemas nas casas dos outros”.

“Ele que não diga isso que não lhe fica bem”, afirmou, recordando que também tem visto pouco os opositores internos de José Sócrates em campanha.

“Tenho todo o respeito pela liderança fortíssima do engenheiro José Sócrates”, concluiu, com um sorriso.

À noite, Santana Lopes participou num jantar-comício nas Caldas da Rainha, durante o qual teve ocasião de afirmar que o antigo Primeiro-Ministro socialista António Guterres “está completamente enganado” quando fala numa maioria absoluta para o PS nas legislativas de 20 de Fevereiro.



O Momento Eleitoral



“Quero dizer ao engenheiro António Guterres, meu ilustre antecessor, que ele está completamente enganado, ele confunde os desejos dele com realidades”, disse Santana Lopes.

Falando para mais de um milhar de pessoas, o líder do nosso Partido disse que “para eles, socialistas, só há uma alternativa, ou o PS ou PS, mas para o povo português não é bem assim, cada vez começa a ser mais nítido que não é assim”.

“Há duas alternativas de governo, dois partidos que podem aspirar a chefiar o governo, e quanto mais tempo passa e tem passado nestas semanas, e nestes dias em que o líder do Partido Socialista se mostra aos portugueses, é cada vez mais nítido que quem se preparava para voltar ao poder se as coisas não estivessem a mudar como estão era exactamente a mesma equipa do Engenheiro Guterres”, apontou.

O líder do PSD disse que a actual equipa socialista é quase a mesma de António Guterres quando este era Primeiro-Ministro, e exemplificou com nomes como Fernando Gomes, Edite Estrela, João Cravinho.

Santana Lopes apontou alguns nomes que aparecem nas listas socialistas como Pina Moura, na Guarda, João Cravinho em Faro, José Sócrates em Castelo Branco, e Fernando Gomes na lista pelo Porto, depois de Braga da Cruz, que também foi ministro da Economia, para concluir: “são os mesmos, é a mesma equipa”.

Nesse sentido, disse, “as receitas não podem ser muito diferentes, e como não podem falar das receitas deles, quer o líder do PS quer os cabeças de lista põem outros a falar, como economistas, como António Vitorino, ou para as intervenções mais “elegantes” o doutor Jorge Coelho”.

Referindo-se a algumas críticas lançadas por economistas afectos ao PS, às propostas económicas do PSD, Santana Lopes respondeu que “vieram comentar uma suposta proposta do PSD que eles sabem que não está na proposta final, e que é o aumento das exportações para os próximos quatro anos”.

Mas mesmo assim tal aumento, “Ao contrário do que eles dizem, não é nada de delirante pois taxas de crescimento de cinco ou seis por cento por cento não acontecem só na China ou na Irlanda. Há taxas de crescimento a esse nível em várias zonas do mundo, acontecerem aqui é uma questão de ambição colectiva”, afirmou.

O líder social-democrata explicou que em 2004 “as nossas exportações

em relação a 2003 cresceram em termos reais cerca de seis a sete por cento, o que representa praticamente cerca de 500 milhões de contos (...) e se cresceram isto, é perfeitamente admissível que uma meta, ou uma aspiração de termos nos próximos quatro anos as exportações a crescerem a números que podem ir de facto até aos seis, sete ou oito por cento do PIB. Depende de como se comportar a economia mundial”.

“Esta não é uma meta que nós lá pusésemos como dependendo de nós próprios. É uma aspiração que temos”, frisou.

Em Coimbra, Santana Lopes falou num comício na Sala Magna da Universidade

Ao intervir perante várias centenas de militantes que o escutaram no auditório das Reitoria da Universidade de Coimbra, o líder social-democrata questionou por que razão os dirigentes do Partido Socialista “andam tão irritados, tão incomodados e nervosos, com sondagens tão fantásticas”.

E a sua explicação, “para essa má disposição” dos socialistas, deu-a mais adiante do seu discurso, porque “as pessoas se apercebem cada vez mais do que fizeram” quando estiveram no Governo, e por essa razão é que alteraram a sua campanha, a privilegiar as acções de rua.

O líder do PSD classificou também de falta de coerência, a atitude do Presidente da República, por se ter preocupado com a interrupção da intervenção de um comentador político num canal de televisão e não ter feito o mesmo perante a recusa ao debate do PS.

“É presidente de quê? Se quer ser coerente, e se se preocupou por não haver debates ao domingo numa estação de televisão, tem de estar preocupado que o líder de um partido se recuse a debates tão importantes”, questionou, num comício esta noite em Coimbra.

Santana Lopes recordava o chamamento de Marcelo Rebelo de Sousa ao Palácio de Belém na sequência da interrupção dos comentários políticos na TVI, e o facto de até agora Jorge Sampaio não ter adoptado idêntica atitude em relação a José Sócrates, líder do PS, perante as recusas deste em participar em debates entre líderes dos partidos concorrentes às eleições legislativas de 20 de Fevereiro.

“É uma atentado à democracia um líder de um partido, candidato a

O Momento Eleitoral

Primeiro-Ministro dizer que não vai debater”, sustentou, acrescentando que “não fica mesmo nada bem ao líder do PS tal atitude”, de estabelecer que apenas estará disponível para dois debates, um com o presidente do PSD e um outro com os líderes de todos os partidos.

Recorrendo à ironia, disse que numa escola quando as crianças convidam outra para ir brincar e esta têm medo, “chamam-lhe nomes, e têm razão” para isso.

Ainda relativamente aos debates, Pedro Santana Lopes disse que “só por respeito” para com o líder socialista é que “não convidava o António Vitorino, que é quem têm o papel principal naquele partido”.

De seguida apelou aos portugueses para reflectirem na governação de Portugal nos últimos anos, e sobre aqueles que deixaram o país numa situação difícil, frisando que “são os mesmos” que agora aparecem, “à excepção de um, que saiu com medo, e com razão, do pântano que ajudou a criar”.

“Estavam lá, e estão aí à porta para entrar lá. É o José Sócrates, o Fernando Gomes, o Jorge Coelho, a Elisa Ferreira, o Armando Vara, o José Lello”, enumerou Santana Lopes.

Na sua perspectiva, os portugueses “não podem votar pelo regresso ao poder daqueles que deixaram o país naquele estado”.

“Eles têm o tique da despesa. Não têm o espírito do rigor”, frisou, lamentando que os socialistas acusem os governantes social-democratas de ter recorrido a receitas extraordinárias para travar o défice herdado.

Citou como exemplo as SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador), em que “fizeram contratos escandalosos”, cujos custos hoje se continuam a reflectir no orçamento do Estado, com as correcções dos preços a compensar as alterações ao projecto por terem sido lançadas sem os prévios estudos de impacto ambiental.

Acusou ainda os socialistas de se declararem contra os capitalistas, “e quando chegam ao poder não há ninguém mais amigo dos capitalistas do que o PS”.

“Não ouvimos o PS falar nessa batalha que têm de ser vencida, que é a da produtividade. O país produz pouco mais de metade da média europeia”, frisou, preconizando a celebração de “pacto de produtividade e emprego”.

Voltou a reiterar a sua recusa ao aumento dos impostos directos, e prometeu “diminuir progressivamente” os impostos sobre os automóveis, em especial para aqueles que usem energias alternativas, e “obrigar a pagar impostos quem nunca os pagou, como a banca”.

A finalizar o seu discurso, disse ter observado “com gosto Marcelo Rebelo de Sousa a lutar pelo PSD”, e convidou outros antigos líderes do partido a envolverem-se na luta eleitoral, porque “é um combate difícilíssimo”.

Aproveitou ainda para lançar uma mensagem “para dentro”, por considerar que “não há nada pior para este caminho do que notícias de dentro de casa de que este caminho não teria sucesso”.

“Não gosto que haja equívocos. Quem quer estar no nosso combate têm de estar de corpo inteiro. Quem quiser vir para o exército é já. Alistar-se no momento da vitória já será tarde”, declarou.

Pedro Santana Lopes adiantou que brevemente irá apresentar a estrutura de Governo, e já com um conjunto de nomes do qual poderão sair os futuros ministérios em caso de vitória nas eleições de 20 de Fevereiro.

Em Castelo Branco, Morais Sarmiento denuncia os “zig-zagues” da política socialista

O cabeça-de-lista do PSD em Castelo Branco, Nuno Morais Sarmiento,

denuncia a política ambientalista aos «zig-zagues» que caracterizou os governos socialistas, concretizadas por José Sócrates.

Antes, no dia 13, Morais Sarmiento tinha preside à apresentação dos candidatos a deputado por este círculo, no Arquivo Distrital, na zona velha da cidade de Castelo Branco.

No dia 18, Nuno Morais Sarmiento deslocou-se ao Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos da Cova da Beira (Central de Compostagem), no Fundão, e ali demonstrou como tinham sido desastrosas assoluções técnicas defendidas por José Sócrates, quanto a tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

As opções do então Ministro do Ambiente, que com o Primeiro-Ministro António Guterres, presidiu à inauguração da Central de Compostagem da Cova da Beira, provocaram um vertiginoso aumento do custo do tratamento dos resíduos sólidos e obrigaram a uma reestruturação total daquela unidade, 30 meses depois da sua inauguração.

Em Santarém, Miguel Relvas apresenta “Obra Feita”

Miguel Relvas, Secretário-Geral do PPD/PSD e ex-Secretário de Estado da Administração Local é, como se sabe, a primeira figura da lista de candidatos do nosso Partido no distrito de Santarém.

No princípio da semana em acção de pré-campanha, Miguel Relvas reuniu com a comunicação social, ao pequeno-almoço, numa unidade hoteleira da capital do distrito, acompanhado pelo mandatário distrital, José Eduardo Carvalho, destacada figura do meio empresarial, Presidente do NERSANT e Vice-Presidente da AIP, bem como dos restantes candidatos a deputado pelo círculo eleitoral de Santarém.

Miguel Relvas apresentou um documento intitulado “Temos Obra”



no qual, numa primeira parte, são enumeradas concelho a concelho as realizações do Governo nos últimos dois anos e meio e que configuram investimentos, parcerias ou participações da Administração Central, e numa segunda parte, são demonstradas as iniciativas governamentais previstas concluir entre 2005 e 2006 na região.

Nesta matéria o candidato social-democrata procurou evidenciar o melhor lugar (5º) que o distrito de Santarém conseguiu no ranking dos distritos, nos anos dos governos social-democratas, nas verbas do PIDDAC (investimento público), comparativamente com os lugares (8º) que normalmente conhecia no tempo dos governos socialistas.

Miguel Relvas responsabilizou Jorge Lação, novamente cabeça de lista socialista pelo distrito de Santarém, de enquanto Presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República não ter acautelado os interesses do distrito de Santarém na negociação e gestão dos fundos

O Momento Eleitoral

comunitários, que deram origem ao actual QCA.

Relembrou que, em virtude do distrito estar incluído na Região de Lisboa e Vale do Tejo, e apesar de gritantes carências de desenvolvimento económico e social, Santarém tem sido penalizado pelos índices médios da região em que está envolvido, tendo havido uma diminuição dos apoios



comunitários às autarquias e em especial às empresas.

Relvas não perdeu tempo para lembrar a paternidade de uma reforma concretizada pelo PSD, que incluirá - para fins meramente estatísticos - o distrito de Santarém no próximo Quadro Comunitário de Apoio, nas regiões Centro e Alentejo, que mau grado algumas críticas quanto à perda de identidade do distrito, irá permitir ao distrito de Santarém, autarquias, empresas e sociedade em geral, beneficiar de mais apoios que consagrem e apoiem a competitividade deste território.

Em Bragança, Duarte Lima compara a campanha do PS a um “mau filme de Hollywood”

O cabeça-de-lista do PSD por Bragança, Duarte Lima, afirmou no passado dia 23, que a campanha do PS é “uma montagem hollywoodesca” que mostra que os socialistas vão “encaminhar o país para uma floresta de enganosa”.

Duarte Lima considerou em Bragança que na campanha socialista se promete “sol na eira e chuva no nabal, em que tudo são rosas e estrelas” tal como “naqueles filmes cheios de efeitos especiais em que tudo é tão certinho que ao fim de dez minutos de sessão se chega à conclusão que é um barrete”.

“É um barrete, com a gravidade de ser uma repetição”, insistiu, acrescentando que “as Novas Fronteiras são uma repetição dos Estados Gerais de António Guterres”.

Duarte Lima, que falava durante a apresentação dos candidatos a deputados do PSD pelo círculo eleitoral de Bragança, assumiu o compromisso de “ajudar a executar no parlamento o corajoso programa de reformas que Pedro Santana Lopes apresenta ao país”.

O cabeça-de-lista também assumiu, ante os eleitores de Bragança, o compromisso de lutar pelas grandes causas do distrito em estreita cooperação com a sociedade política e civil da região”.

A adopção de políticas de valorização dos recursos humanos, a promoção de incentivos que favoreçam investimento empresarial na região e o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias são as metas que Duarte Lima assumiu em nome dos deputados que o PSD elegerá por Bragança.

Cabeça de lista PSD por Beja quer conquistar votos ao CDS-PP

A cabeça de lista do PSD por Beja às eleições legislativas, Glória Marques da Costa, assumiu hoje que o seu objectivo é conquistar um dos três mandatos do círculo eleitoral.

“O meu objectivo é ser eleita e vou fazer esforços para ir buscar votos em todos os quadrantes”, disse.

A cabeça de lista social-democrata falava aos jornalistas, no dia 22, na Pousada de S. Francisco, em Beja, durante um encontro informal para dar a conhecer o seu percurso profissional e político, já que não é oriunda da Beja

Glória Marques da Costa, 39 anos, advogada, não esconde que as suas raízes não estão Beja, embora tenha frisado ser também alentejana, nascida no concelho de Elvas.

“Já lidei com vários assuntos profissionais no distrito”, ressaltou, garantindo que, desde que aceitou o convite do presidente do partido, Pedro Santana Lopes, para ser candidata por este círculo eleitoral, tem estado a fazer o seu “trabalho de casa”, ou seja, a estudar os problemas da região.

Nas últimas eleições legislativas, em 2002, o PSD, com o empresário bejense Luís Serrano como cabeça de lista, ficou a pouco menos de 500 votos de conquistar um dos mandatos.

Glória Marques da Costa, militante do PSD desde o último congresso nacional, afirmou que hoje, sente-se “bem aceite” e com “muito apoio”.

“Sou a candidata de todos os social-democratas e espero o apoio de todos. E não só, porque esse apoio até pode vir de pessoas que não votaram nas últimas eleições ou que não se interessam pela política”, argumentou, realçando não fechar “a porta nem sequer a janela” a quem a queira conhecer.

A candidata quer apostar numa campanha “com o maior respeito” pelos cabeças de lista dos outros partidos e diz que até já se sente “da terra”, com vontade de “ir para a rua falar com as pessoas”.

Quanto aos problemas que afectam a região, Glória Marques da Costa frisou que o maior é mesmo o despovoamento, pelo que a principal mensagem que pretende passar “é para as pessoas que ainda resistem e lutam” por viver no distrito alentejano.

Nas eleições legislativas de 2002, o PSD obteve 17.443 votos, sendo a terceira força política mais votada, logo atrás da CDU e do PS.

Lisboa: Jorge Moreira da Silva critica “obsessão” de Sócrates com a co-incineração

O PSD criticou no dia 24, a “obsessão” do líder do PS, José Sócrates, com a co-incineração, recordando que o Governo já aprovou um sistema alternativo “tecnologicamente melhor e mais seguro e aplaudido por todos os sectores”.

“A obsessão do líder da oposição com a co-incineração já custou demasiado a Portugal”, afirmou o candidato do PSD por Lisboa Jorge Moreira da Silva, que é também secretário de Estado adjunto do ministro do Ambiente.

Numa conferência de imprensa realizada na sede nacional do PSD, Jorge Moreira da Silva lamentou que José Sócrates continue a insistir na defesa da co-incineração de resíduos industriais perigosos, considerando que o líder socialista está a ser “caprichoso” e a fazer “birra”.

“O anúncio, ontem (domingo) realizado pelo líder da oposição, de regresso à co-incineração em caso de vitória do PS (nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro), demonstra que, na sua opinião, o capricho vale mais do que o choque tecnológico, a sua principal bandeira, e do que o respeito pelos portugueses”, afirmou Jorge Moreira da Silva.

No domingo, em entrevista ao Jornal de Domingo da SIC, José Sócrates reiterou a intenção de avançar com a co-incineração, sem concretizar em que locais será realizada.

Sublinhando que voltar à co-incineração é “regressar à pré-história da política ambiental”, Jorge Moreira da Silva recordou que o actual Governo já substituiu essa opção pela aprovação do sistema de Centros Integrados de Recuperação Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) industriais perigosos.

“É uma solução tecnologicamente melhor, mais segura. A única aplaudida por todos os sectores”, frisou, acrescentando que “já nem sequer as cimenteiras estão interessadas na co-incineração”.

“Os portugueses já compreenderam, as empresas já assimilaram, os ambientalistas aplaudiram”, insistiu Jorge Moreira da Silva, classificando a solução encontrada pelo Governo como “um acto talentoso”.

Jorge Moreira da Silva - que estava acompanhado na conferência de imprensa por Quartin Graça, do Movimento do Partido da Terra, partido que estabeleceu uma plataforma eleitoral com o PSD - disse que o concurso público para a concretização do sistema CIRVER está já em fase final de escolha da localização e dos promotores e que, ainda este ano, se deverá avançar para a construção.

“O engenheiro está completamente isolado na defesa da co-incineração. Nada mais é do que um capricho”, sublinhou. – Fontes: Lusa, Gab. Imprensa Campanha PPD/PSD

CONVOCATÓRIAS



ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção para o dia 26 de Fevereiro de 2005, pelas 17h00, no Salão do Sr. Jaime Cardeira, em Martinlongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DA FREGUESIA DE MACEIRA (Leiria)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convoca-se a Assembleia de Núcleo da Freguesia de Macieira, para reunir no dia 26 de Fevereiro de 2005, pelas 18h00 na sede do Núcleo, sita na estrada da Marinha Grande, n.º 18, Telheiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: eleição da Comissão política de Núcleo.

Notas:

A recepção das candidaturas será efectuada pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, entre as 21h30 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Concelhia de Leiria, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, Leiria.

Para efeito de votação as urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Vagos, para reunir, em Sessão Ordinária, no dia 26 de Fevereiro de 2005, pelas 20h30, na sua sede social em Soza, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do relatório de Actividade Política de Secção e das Contas encerradas em 31 de Dezembro de 2004;
2. Análise da situação Política;
3. Outros assuntos de interesse.

Nota:

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção de Valongo, para reunir em Sessão ordinária no próximo dia 15 de Fevereiro de 2005, terça-feira, pelas 21h30 no Centro Cultural de Alfena, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e Aprovação do relatório de contas de 2004;
2. Discussão e Aprovação do Plano de Actividades para 2005;
3. Análise da situação Política.



CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 04 de Março de 2005, pelas 21h30, na Rua dos Guerreiros, n.º 47, em Coruche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros Assuntos.

NOTA: Caso não esteja reunido o quorum à hora marcada o Plenário aguardará 30 minutos, sendo que se efectuará com os militantes que estiverem presentes decorrido esse período.

CONSELHO DISTRITAL de SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital a realizar no dia 04 de Fevereiro de 2005, pelas 21h00, na Sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Marcação do Conselho Distrital Eleitoral;
- 2- Análise da Situação Política.

TORRESNOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Torres Novas da JSD, para o Plenário, a realizar no próximo dia 5 de Fevereiro de 2005, pelas 16h00, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Outros Assuntos.

SERTÁ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes da Secção da Sertã, para um Plenário de Secção, a realizar no próximo dia 28 de Janeiro de 2005, pelas 19h30, na Sede do PSD, sita na Av.ª Ângelo Henriques Vidigal, n.º 4 – 2.º, 6100-758 Sertã, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleições Legislativas;
- 3- Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL da GUARDA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Guarda, para o dia 26 de Fevereiro de 2005, pelas 15 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Infante Dom Henrique, n.º 59 – 2.º Drt., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política Distrital e Mesa do Conselho Distrital.

NOTA: As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5 % dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Distrital da JSD da Guarda.

As urnas estarão abertas no período entre as 17h00 as 19h00.



Durante o almoço organizado por cinco câmaras de comércio bilaterais de comércio e indústria, onde participou como “Primeiro-Ministro e candidato a Primeiro-Ministro”, Santana Lopes apelou ao voto no seu partido, sublinhando que “o tempo não está para experiências”.

Pedro Santana Lopes considerou “pouco prudente” apresentar já os nomes de um futuro governo social-democrata, mas anunciou que indicará um conjunto e figuras que poderá chamar a uma equipa governamental.

Sublinhando que apresentar nomes de futuros ministros, no caso do PSD vencer as legislativas de 20 de Fevereiro, seria “pouco prudente”, Santana Lopes comprometeu-se, contudo, a divulgar um conjunto de nomes de “onde podem sair essas pessoas”.

“Vou apresentar um conjunto de nomes, por exemplo da área financeira, de onde podem sair as pessoas”, disse, acrescentando que irá divulgar esses nomes para os eleitores ficarem “a saber qual a linha, qual o caminho” que o PSD irá seguir caso vença as eleições. Santana Lopes reafirmou também algumas das propostas do programa eleitoral do PSD, como a redução do peso da administração pública, o aumento da produtividade “no Estado e no sector privado” e controle da despesa do Estado.

O Primeiro-Ministro e líder do PSD criticou uma vez mais a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento, apesar de existir uma maioria. “Em mais nenhum país do mundo um chefe de Estado pode dissolver o Parlamento nesta situação. Só no caso francês há similitude”, afirmou, recordando que, precisamente em França, a última vez que o Parlamento foi dissolvido, “as eleições seguintes geraram uma maioria contrária àquela que era a expectativa do chefe de Estado”. – Fonte e fotos, “Lusa” (André Koster)

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967 - Depósito legal n.º1970/83 - I.C.S. n.º 105690
 Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA - Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
 Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4.º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax. 213976967



POVO LIVRE

91 778070 1 2144181

01397